



**Universidade de Brasília - UnB
Faculdade de Educação - FE
Curso de Licenciatura em Pedagogia
Dzeta Investigações em Educação Matemática - DIEM**

**FRAGILIDADES DO VOLUNTARIADO: PAPEL DOS EDUCADORES SOCIAIS
VOLUNTÁRIOS NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA DO DISTRITO FEDERAL**

EZEQUIEL DE OLIVEIRA DA SILVA

BRASÍLIA

2025

EZEQUIEL DE OLIVEIRA DA SILVA

**FRAGILIDADES DO VOLUNTARIADO: PAPEL DOS EDUCADORES SOCIAIS
VOLUNTÁRIOS NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA DO DISTRITO FEDERAL**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Banca Examinadora como
requisito parcial à obtenção do título de
Licenciado em Pedagogia pela Faculdade
de Educação da Universidade de Brasília
(FE/UnB), sob a orientação do Professor
Doutor Geraldo Eustáquio Moreira.

BRASÍLIA

2025

CIP - Catalogação na Publicação

SS586f Silva, Ezequiel de Oliveira .
FRAGILIDADES DO VOLUNTARIADO: PAPEL DOS EDUCADORES
SOCIAIS VOLUNTÁRIOS NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA DO DISTRITO
FEDERAL / Ezequiel de Oliveira Silva;

Orientador: Geraldo Eustáquio Moreira. Brasília, 2025.
67 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação – Pedagogia)
Universidade de Brasília, 2025.

1. Educador Social Voluntário. 2. Educação Inclusiva. 3.
Políticas Públicas. 4. Voluntariado. 5. Precarização do
Trabalho. I. Moreira, Geraldo Eustáquio , orient. II.
Título.

EZEQUIEL DE OLIVEIRA DA SILVA

**FRAGILIDADES DO VOLUNTARIADO: PAPEL DOS EDUCADORES SOCIAIS
VOLUNTÁRIOS NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA DO DISTRITO FEDERAL**

BANCA EXAMINADORA

**Prof. Dr. Geraldo Eustáquio Moreira
Orientador/Presidente
Universidade de Brasília (UnB)
Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE)
Dzeta Investigações em Educação Matemática (DIEM)**

**Prof.^a Dr.^a Daniela Barros Pontes e Silva
Universidade de Brasília (UnB)
Departamento de Métodos e Técnicas (MTC/FE)**

**Prof.^a Dr.^a Ellen Michelle Barbosa de Moura
Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF)
Dzeta Investigações em Educação Matemática (DIEM)**

**Prof.^a M.^a Karla Vanessa Gomes dos Santos
Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF)
Dzeta Investigações em Educação Matemática (DIEM)**

“Essa daqui é pra aquelas gay
Que no prézinho já sabia que era gay
A criançada apontava: Cê é muito gay
Já brincava com as barbie: Teu filho é
gay, eu bem que te avisei
É pra aquelas gay
Que num sabia bem por que era ruim ser
gay
Sentiu na pele bem cedo como tratam as
gay
Já brigou com Deus: Por que me fizeste
gay?
Queria ser alguém, já não temas, gay
Aquilo que não mata fortalece um gay
Sente o quanto te empodera ter nascido
gay
Em teus olhos, um espelho onde eu me
enxerguei
É que eu também sou gay e levante, gay
Que a luta ainda não acabou pras gay
A nossa vitória vai ser o close, gay
E que se eu tô aqui hoje dando voz pras
gay, é por ser gay”
(Gloria Groove)

Sobre o Autor



Ezequiel de Oliveira da Silva

Licenciado em Pedagogia pela Universidade de Brasília (UnB). Durante sua formação, foi membro ativo do Programa de Educação Tutorial (PET) em Pedagogia (PET Edu), e atuou como Educador Social Voluntário no período de 2021 a 2025. O autor possui grande interesse e desenvolve suas pesquisas na perspectiva da Educação Inclusiva, com ênfase à área da Educação Especial. Suas publicações e trabalhos acadêmicos incluem um artigo voltado para a comunidade LGBTQIAPN+ e as pessoas com deficiência. Em 2024, realizou apresentação oral de resumo expandido no Encontro Nacional dos Grupos do PET (ENAPET) no estado de Pernambuco, em Recife. Pretende dar continuidade aos estudos em nível de Pós-Graduação, com foco na área da Educação Inclusiva.

Sobre o Orientador



Prof. Dr. Geraldo Eustáquio Moreira

É “Pãe” do Victor Hugo e da Maria Victória e de oito filhos/as de patas! Vencedor do Prêmio Anual de Educação em Direitos Humanos da UnB Mireya Suárez, Edição 2023, Categoria Ensino Superior. É Pós-Doutor em Educação pela UERJ; Doutor em Educação Matemática pela PUC/SP, com Estágio Doutoral na Universidade do Minho – Portugal. É Professor da Universidade de Brasília – UnB/FE e Pesquisador da Pós-Graduação, níveis Mestrado e Doutorado, dos Programas de Educação (PPGE – Acadêmico e Profissional), onde desenvolve pesquisas relacionadas à Educação Matemática; à inclusão e à Educação. Focaliza, de forma complementar e associada às questões de identidade e saberes, na formação para a docência assentada nos pressupostos da Educação Matemática, sobretudo no plano das didáticas específicas de Educação Matemática, Matemática, Educação Matemática Inclusiva e Educação Matemática em Direitos Humanos. É líder do grupo de pesquisa “*Dzeta* Investigações em Educação Matemática – DIEM”. É Tutor do Programa de Educação Tutorial em Pedagogia da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília – PET Edu e Coordenador de vários Projetos de Pesquisa financiados pela Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal (FAPDF), onde é, também, consultor e *ad hoc*.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, a minha gratidão é para Deus e os meus Orixás, em especial para Exu, que abriu todas as portas para que eu pudesse trilhar esse caminho.

À minha mãe Ana Paula, da qual tenho muito orgulho. Uma mulher preta, mãe solo, batalhadora, que foi auxiliar de limpeza, monitora escolar e hoje se tornou professora da Educação Infantil. A minha musa inspiradora que sempre quis o melhor para mim!

À minha avó Eunice, por sempre me estender o colo quando precisei, que acredita no meu potencial e me incentiva a sempre buscar o melhor para o meu futuro.

Aos meus irmãos João Victor, João Miguel, Marcos Kuan e Anthony Matheus e, também, à minha irmã Ana Flávia que, por eu ser o irmão mais velho, contribuíram para eu ser quem sou hoje e inspirá-los.

Agradeço a Dilsa, Rafaela, Thainara, Samara, Larissa, Carlos Vyttor e Aroldo Sobrinho que me acompanham nessa vida e me apoiam em cada decisão que eu venha a tomar.

Ao meu Orientador e Tutor do Programa de Educação Tutorial em Pedagogia (PET-EDU) - Prof. Dr. Geraldo Eustáquio Moreira - pela sabedoria, confiança e puxões de orelha. Um Professor que foi mais que um profissional da Educação, foi um amigo e um pai que eu nunca tive.

À Banca Examinadora, pelas contribuições e trabalho realizado durante a arguição: Prof. Dr. Geraldo Eustáquio Moreira; Prof.^a Dr.^a Daniela Barros Pontes e Silva; Prof.^a Dr.^a Ellen Michelle Barbosa de Moura e Prof.^a M.^a Karla Vanessa Gomes dos Santos!

Sou grato à Professora Doutora Daniela Barros, onde tive a oportunidade de acompanhar suas aulas por quatro semestres consecutivos, desde que fui inserido em sua aula de Introdução à Pedagogia. Com ela, pude perceber que eu estava no caminho certo, com sua generosidade e olhar sensível para mim, contribuiu no começo da minha formação com diversos livros que me dera de presente e por partilhar a educação comigo.

Meus agradecimentos às minhas colegas de trabalho Cátia Praxedes, Márcia Beiron e Alessandra Pernambuco, as quais sinto muito orgulho e me inspiro, onde aprendi muito com cada uma delas. Obrigado por me acolherem e me ensinar com tanta graciosidade!

Aos professores e professoras da Faculdade de Educação (FE/UnB), a quem
sou grato.

FRAGILIDADES DO VOLUNTARIADO: PAPEL DOS EDUCADORES SOCIAIS VOLUNTÁRIOS NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA DO DISTRITO FEDERAL

RESUMO

O Programa Educador Social Voluntário existe há mais de uma década, mas sua eficácia como política pública ainda é questionável. Este trabalho analisa o papel desses educadores na Educação Inclusiva do Distrito Federal, buscando problematizar o modelo de voluntariado. Para isso, é fundamental responder a algumas questões: Quem são esses voluntários e qual sua formação? O programa oferece capacitação adequada? Qual é o verdadeiro objetivo por trás da sua criação? Também se busca entender se a função de educador social pode ser considerada uma profissão, se representa um emprego formal e quais são os desafios enfrentados por eles no dia a dia. Por fim, o estudo busca responder à pergunta central: Como o Programa Educador Social Voluntário impacta a qualidade da educação inclusiva no Distrito Federal? Para este estudo foi utilizada a pesquisa qualitativa, do tipo exploratória, com o procedimento realizado em um Centro de Ensino Médio de Sobradinho no Distrito Federal. A observação participante, a entrevista semiestruturada e a análise documental foram empregadas para a coleta de dados, que foram analisadas por meio de análise de dados Caregnato e Mutti (2006) e de conteúdo (BARDIM, 1997). O trabalho argumenta que a ausência de um vínculo empregatício e de direitos trabalhistas transforma a função de educador social em uma prática de trabalho precarizado, o que compromete a dignidade profissional e a estabilidade do serviço. Os resultados demonstram que esse modelo é prejudicial tanto para os profissionais, que não possuem segurança, quanto para os estudantes com deficiência, que dependem diretamente de um acompanhamento contínuo e estável.

Palavras-Chave: Educador Social Voluntário; Educação Inclusiva; Políticas Públicas; Voluntariado; Precarização do Trabalho.

ABSTRACT

The Volunteer Social Educator Program has existed for more than a decade, but its effectiveness as a public policy is still questionable. This paper analyzes the role of these educators in Inclusive Education in the Federal District, seeking to problematize the volunteer model. To this end, it is essential to answer some questions: Who are these volunteers and what is their background? Does the program offer adequate training? What is the true objective behind its creation? The study also seeks to understand whether the role of social educator can be considered a profession, whether it represents formal employment, and what challenges they face in their daily lives. Finally, the study seeks to answer the central question: How does the Volunteer Social Educator Program impact the quality of inclusive education in the Federal District? For this study, qualitative, exploratory research was used, with the procedure carried out in a High School in Sobradinho, Federal District. Participant observation, semi-structured interviews, and documentary analysis were employed for data collection, which was analyzed using Caregnato and Mutti (2006) data analysis and content analysis (BARDIM, 1997). The paper argues that the absence of an employment relationship and labor rights transforms the role of social educator into a practice of precarious work, which compromises professional dignity and service stability. The results demonstrate that this model is detrimental both to the professionals, who lack security, and to the students with disabilities, who directly depend on continuous and stable support.

Keywords: Volunteer Social Educator; Inclusive Education; Public Policy; Volunteerism; Labor Precarization.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Evolução das vagas e do ressarcimento no Programa de Educador Social Voluntário ao longo dos anos.....	28
Quadro 2 - Comparativo funcional entre Educador Social Voluntário e Monitor de Gestão Educacional.....	33

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEE - Atendimento Educacional Especializado

EAPE - Unidade-Escola de Formação Continuada dos Profissionais da Educação

EJA - Educação de Jovens e Adultos (EJA)

EMTI - Programa de Fomento à Implantação das Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral

ENAPET - Encontro Nacional do Programa de Educação Tutorial

ESV - Educador Social Voluntário

IPEDF - Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal

LDBEN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

NEE - Necessidades Educativas Especiais

MEC - Ministério da Educação

MGE - Monitor de Gestão Educacional

PET - Programa de Educação Tutorial

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

O CHÃO QUE ME FORMA.....	13
INTRODUÇÃO	18
ASPECTOS METODOLÓGICOS	22
1 ENTRE A INCLUSÃO E A PRECARIEDADE: ANÁLISE DO PROGRAMA EDUCADOR SOCIAL VOLUNTÁRIO.....	24
1.2 Educadores Sociais Voluntários de Brasília: Quem são?.....	26
1.3 Educador Social Voluntário versus Monitores: o contraste?	30
1.4 Inclusão ou exploração? Reflexões críticas sobre o Programa.....	33
2 A CAPACITAÇÃO PARA O DESAMPARO: O “TREINAMENTO” DO EDUCADOR SOCIAL VOLUNTÁRIO.....	35
2.1 Guia rápido para a "inclusão": A formação do Educador Social Voluntário	35
2.2 Análise crítica do conteúdo da formação ofertada pela EAPE	40
2.3 Metodologia da formação: como o conhecimento foi transmitido?	41
2.4 Consequências da falta de capacitação para alunos e ESVs	42
3 TRAJETÓRIA FORMATIVA DE UM EDUCADOR SOCIAL.....	44
3.1 Vivência do pesquisador como Educador Social Voluntário: formação na prática.....	44
3.2 O olhar sobre os alunos: vivências com os estudantes acompanhados pelo pesquisador.....	45
3.3 Quando o cuidado adoece: relatos sobre o lado oculto do voluntariado	50
3.4 A precarização do trabalho voluntário e o silêncio institucional: debate e lutas necessárias	51
VISLUMBRES FINAIS POR UM ESV PESQUISADOR	53
REFERÊNCIAS.....	56
APÊNDICE A	62
APÊNDICE B	63
APÊNDICE C	63

O CHÃO QUE ME FORMA

Eu sou a continuação de um sonho
Da minha mãe, do meu pai
De todos que vieram antes de mim
Eu sou a continuação de um sonho
Da minha vó, do meu vô
Quem sangrou pra gente poder sorrir
(Abebe Bikila Costa Santos, BK).

O ser que sou começa no nome Ezequiel. De origem hebraica, significa “fortalecido por Deus” que carrega consigo a força espiritual, a resiliência e a proteção divina. Mais do que um nome, é um chamado. Na vida, caminho amparado por essa força maior, guiado e protegido pelos meus santos e orixás, que me guardam em cada passo, em cada chão que piso.

Nascido e criado nas periferias de Brasília, mais precisamente em Sobradinho 2, cidade satélite do Distrito Federal. A minha trajetória educacional começou aos cinco anos de idade, no ano de 2007, quando ingressei sendo bolsista em um colégio particular próximo à minha casa, onde estudei desde a Educação Infantil até o Ensino Fundamental - Anos Iniciais. Sempre fui, no que a comunidade LGBTQIAPN+¹ chama, uma “criança viada”. Eu adorava dançar com toalhas na cabeça, calçava os saltos da minha avó, mexia nas roupas e maquiagens da minha mãe, e, na escola, minhas amizades eram sempre as meninas.

Por conta do meu jeito afeminado, desde cedo fui alvo de chacotas e exclusões. Na escola, os colegas me rejeitavam, e em casa, cresci ouvindo frases machistas como “homem não chora” ou “para de rebolar”. Com o tempo, tentei mudar meu comportamento para agradar, mas sempre escapavam gestos e palavras que revelavam minha verdadeira essência, como me referir a mim mesmo no feminino ou

¹ LGBTQIAPN+ marca um posicionamento de luta, resistência e orgulho, abrangendo: lésbicas (L: mulheres que se relacionam afetiva e/ou sexualmente com outras mulheres); gays (G: homens que se relacionam afetiva e/ou sexualmente com outros homens); bissexuais (B: pessoas que se relacionam afetiva e/ou sexualmente com mais de um gênero); transexuais e travestis (T: pessoas cuja identidade de gênero difere daquela atribuída no nascimento, podendo ou não passar por processo de transição); queer (Q: pessoas que desafiam as normas de gênero e sexualidade, incluindo expressões como as drag queens); intersexo (I: pessoas que nascem com características sexuais que não se enquadram nas definições típicas de masculino ou feminino); assexuais (A: pessoas que não sentem atração sexual por quaisquer gêneros); pansexuais (P: pessoas que se relacionam afetiva e/ou sexualmente com indivíduos de quaisquer identidades de gênero); não binárias (N: pessoas que não se identificam exclusivamente como homem ou mulher); e o símbolo “+” (mais), que representa outras identidades e variações de sexualidade e gênero (Moreira, 2022).

escolher personagens femininas para interpretar nos desenhos e filmes que assistia.

A LGBTfobia no Brasil, se revela como um problema fortemente enraizado na sociedade, marcado pela discriminação contra pessoas LGBTQIAPN+. Essa manifestação estrutural abrange qualquer forma de hostilidade, seja ela física, psicológica, social ou institucional direcionada a pessoas que fogem da norma heterossexual. Para Martins, Fernandes e Nascimento (2010), a violência emerge como um recurso quando a ideologia e a dominação masculina se mostram fragilizadas e perdem legitimidade. Nesse contexto, a violência surge como um meio de anular e subordinar aqueles considerados "inferiorizados" e "fracos", buscando atender aos interesses e ao controle do grupo dominante.

Minha infância foi marcada por uma convivência familiar intensa e simples. Nasci em uma família de baixa renda, onde a casa da minha avó abrigava cerca de 10 pessoas com quem eu dividi o mesmo teto. Minha avó era empregada doméstica e minha mãe, que também seguiu a mesma profissão inicialmente, valorizava muito a educação, e sempre nos lembrava que era a única saída para ascender socialmente. Ela chegou a cursar Pedagogia em uma faculdade particular, enquanto limpava a escola e as salas das crianças. Tornou-se monitora, e mais tarde, atuou como professora da Educação Infantil, algo que me inspirou na escolha da minha profissão. Como filho mais velho entre cinco irmãos (quatro homens e uma mulher), sempre senti o peso da responsabilidade de ser exemplo. Isso me levou a me destacar nos estudos desde cedo.

Na escola particular onde estudei, convivi com crianças de famílias de classes sociais mais altas que a minha. Enfrentei preconceitos elitistas, como o fato de, algumas vezes, não ter lanche para levar ou sapatos diferentes para usar a cada dia. Meu sonho era ter um sapato com luzes que acendiam ao tocar o chão ou os famosos de rodinha, mas minha família não tinha condições de proporcionar esses luxos. As datas comemorativas na escola eram estereotipadas: no “Dia do Índio”, usávamos cocares de papel e colares de macarrão colorido. Lembro que o método de ensino era extremamente tradicional e punitivo. Uma vez, ao xingar em sala de aula, a professora me levou ao banheiro e lavou a minha boca com sabão. Foi traumático, mas não contei aos meus pais, pois sabia que eles provavelmente não acreditariam em mim.

A vertente tradicional ainda se faz presente em muitas escolas, nas quais o modelo pedagógico centraliza o processo de ensino na figura do professor, visto como o detentor do conhecimento e responsável por transmiti-lo de forma rígida e

padronizada aos alunos. Essa abordagem pouco flexível prioriza a exposição oral, o uso do livro didático e a reprodução de conteúdos. Para Libâneo (2013), a pedagogia tradicional enfatiza a memorização e a disciplina como pilares do aprendizado, restringindo a autonomia dos estudantes e limitando o espaço para a criatividade, a reflexão crítica e a construção ativa do conhecimento.

Depois de concluir a Educação Infantil, passei para o Ensino Fundamental - Anos Iniciais em uma escola pública, o Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente (CAIC) Júlia Kubitschek de Oliveira, onde aprendi a ler e a escrever. Pensava que nessa nova escola seria diferente a minha socialização com os colegas, mas me enganei. Novamente, os garotos me excluíam por ser diferente, não deixavam que eu jogasse futebol ou brincasse de quaisquer outras coisas com eles. Já com as garotas era tudo mais fácil, pois sempre me tratavam com educação.

Lembro que as diferenças dessa escola em comparação a anterior eram imensas, desde a estrutura à diversidade de alunos. Por diversas vezes, não havia aula pela falta de professores, o que foi raro de acontecer na escola particular. Lembro também que os métodos de ensino eram tradicionais. Éramos obrigados a decorar a tabuada e o alfabeto de trás para frente, mas o meu momento preferido era o ditado, eu me saía muito bem em ouvir uma palavra e tentar reproduzir sua escrita. Já em Matemática... sempre fui péssimo! E eu juro que tentava, mas alguns adultos me desestimulavam quando gritavam e diziam que tenho preguiça de pensar.

Apesar dos pesares, fui uma criança feliz e dedicada aos estudos. Brincava bastante com minhas colegas e nessa instituição de ensino foi onde eu mais me diverti. Nessa época passava uma novela na rede de televisão aberta (TV Record) chamada *Os Mutantes: caminhos do coração* (2008), todas minhas amigas assistiam, e no dia seguinte passávamos o recreio todo fazendo de conta que tínhamos superpoderes, baseado no enredo da dramaturgia.

Ao chegar no 5º ano já obtinha as melhores notas entre as turmas daquele período. No entanto, isso acabou despertando nos colegas, que antes apenas evitavam minha companhia, a coragem de verbalizar preconceitos sobre a cor da minha pele, o meu cabelo e os meus trejeitos. O racismo, enquanto estrutura histórica e social, atravessa diversas esferas da vida humana, desde as relações interpessoais até as instituições. Frantz Fanon (2008), o racismo é uma forma de violência que desumaniza o outro, especialmente o negro, criando uma divisão arbitrária entre os "civilizados" e os "selvagens". Fanon argumenta que a colonização e a escravidão

perpetuaram uma visão do negro como inferior, e essa construção continua a impactar as relações sociais até os dias atuais.

Ao final do Ensino Fundamental - Anos Iniciais, escrevi uma redação para ganhar uma bolsa integral em uma escola particular renomada, uma das 10 melhores de Brasília. Foi um divisor de águas na minha vida. A nova escola tinha um método rigoroso, com muitas matérias, conteúdos extensos e simulados preparatórios para o Programa de Avaliação Seriada (PAS) e o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Apesar do choque cultural, fiz amigos bolsistas que, como eu, sentiam-se deslocados. Foi nesse ambiente que me assumi homossexual, pintei o cabelo e nunca sofri homofobia pelos colegas. Estudei do 6º ao 9º anos nessa escola e foi me inserido o hábito da leitura, li diversos livros obrigatórios para a aula de literatura que não me interessavam tanto, mas ao mesmo tempo fui comprando outros livros de ficção e fantasia, que é o meu gênero preferido.

Infelizmente no meu último ano não queria saber de muita coisa. Saía para várias festas de aniversários, vivenciava experiências afetivo-sexuais livres e fazia uso recorrente de bebidas alcoólicas como forma de socialização, matava aula e não dei importância para os estudos. Foi aí então que reprovei e perdi a bolsa, tendo que me despedir de todas as minhas amizades que via diariamente e daquele colégio gigante que me proporcionou muitas coisas boas.

Em 2017, tive que refazer o último ano do Ensino Fundamental - Anos Finais e então me mudei para um colégio público no qual me identifiquei intensamente. No começo estranhei, pois havia uma baixa infraestrutura, gritaria e uma certa liberdade para assistir às aulas. Na escola particular não podíamos ao menos nos levantar sem a permissão dos professores, uniforme era indispensável com sapato fechado e só saímos da escola apresentando a carteirinha escolar. Já na outra, as vestimentas eram optativas, matávamos aula na quadra da escola e às vezes pulava o muro para sair, outras nem era preciso, era só juntar com a turma que saia mais cedo que os guardas nem perguntavam. Me juntei com muitos LGBTs e de fato me senti aceito em uma escola onde a diversidade estava em cada sala. Foi então que me assumi para a minha família, com o apoio total dos meus amigos que eram como eu.

Decidido a não repetir os erros do passado, voltei a ser um dos melhores alunos, ganhei destaque como representante de turma e voltei a ser bajulado pelos professores. Permaneci sendo representante de turma e o melhor aluno até o meu 3º ano do Ensino Médio, quando a pandemia da Covid-19 começou no dia cinco de

março de 2020, com mais ou menos dois meses de aula, foi então que tive que me adaptar ao ensino remoto. Esse período foi decisivo para mim. Enquanto o mundo inteiro estava privado de sair de casa, coloquei na minha cabeça que minha família não iria ter condições de pagar uma faculdade para mim, então a minha única saída era estudar muito para passar no Enem, então estudei intensamente e consegui ingressar na Universidade de Brasília, no Curso de Pedagogia.

No cenário mais amplo, a pandemia da Covid-19 se espalhou globalmente a partir de 2020, representando um dos eventos históricos mais trágicos desta década. A gestão da pandemia no Brasil foi marcada por um elevado número de mortes e um posicionamento questionável do presidente governante naquele ano, que minimizou a gravidade da doença, promoveu tratamentos sem eficácia comprovada, criticou medidas de isolamento social, atrasou a compra de vacinas, fez declarações consideradas insensíveis e questionou a vacinação infantil. Um governo apontado “[...] pela grande maioria da população brasileira, como cruel, reacionário, incivilizado, fascista, extremista, homofóbico, racista, misógino, negacionista, entre outros adjetivos tão pejorativos quanto necessários para denunciar e desqualificar o retrocesso imposto” (Moreira, 2022, p. 6). Aquele período sombrio da pandemia ainda ressoa em minha memória, especialmente pela dolorosa perda de um amigo próximo. A sensação de impotência diante de um cenário caótico marcado por um desgoverno, tornou a experiência ainda mais angustiante.

No início da minha jornada na Licenciatura em Pedagogia, as aulas estavam sendo realizadas de forma remota, e eu já estava acostumado com essa dinâmica, já que havia estudado assim durante o terceiro ano do Ensino Médio. Segui meu ritmo de estudos, mas logo no primeiro semestre me deparei com uma experiência inconveniente. Em uma disciplina específica, fui surpreendido pela postura de uma professora que, após a primeira avaliação, fez um comentário carregado de soberba: “Vocês que estudaram em escola pública não sabem ler e escrever direito porque o ensino de vocês é defasado”.

Aquela frase me atingiu profundamente. Com uma nota baixa na avaliação, um medo de reprovar e minha autoestima despedaçada, decidi trancar a disciplina. Optei por evitá-la até que fosse ofertada por outro professor, prometendo a mim mesmo que jamais cursaria aquela matéria novamente com a mesma pessoa, mas que não guardaria mágoas.

Neste mesmo curso onde aprendemos com Paulo Freire (2015, p. 24) a

importância do afeto na prática educativa, “na resposta dos oprimidos à violência dos opressores é que vamos encontrar o gesto de amor”, evidenciando a minha luta no processo de emancipação.

Hoje, ao refletir sobre essa experiência, questiono: o que faz alguém, com um título de doutora, acreditar que isso a torna superior aos outros? Como alguém com essa mentalidade pode estar à frente de uma disciplina que prepara futuros educadores? A educação exige empatia, respeito e a capacidade de acolher, não de diminuir. Essa experiência, embora dolorosa, fortaleceu minha determinação de ser um educador que encoraja e apoia seus alunos, ao invés de desmotivá-los.

No mesmo ano, comecei a colher os frutos de estudar em uma universidade federal. Incluí essa conquista no meu currículo e enviei para diversos lugares que contratavam estagiários de Pedagogia. Foi então que recebi uma mensagem no meu número de telefone celular de uma academia me chamando para uma entrevista de emprego como monitor em sua brinquedoteca. O horário era das 16h às 22h, com um salário de R\$ 800,00, que para mim parecia muito, já que nunca havia trabalhado antes.

No dia seguinte, fui para a entrevista e conquistei o entrevistador logo de cara. Ele ficou impressionado com a minha história e as habilidades que eu poderia trazer para a empresa, como pintura facial e interação com crianças. Tive um teste no mesmo dia e, dois dias depois, fui contratado.

No início, o trabalho era muito divertido. Brincava com crianças de diferentes idades que frequentavam a brinquedoteca, e me sentia realizado por finalmente estar atuando em algo que tinha relação com minha área. Porém, o que parecia um sonho logo se transformou em um pesadelo. Eu tinha apenas 15 minutos para comer algo e, muitas vezes, nem conseguia usufruir desse tempo, pois o chefe exigia que a brinquedoteca nunca ficasse sem supervisão. Isso também me impedia de ir ao banheiro, e várias vezes precisei segurar até o meu limite.

Cansado dessa rotina desgastante, decidi buscar outra oportunidade. Foi então que descobri o programa de Educador Social Voluntário. Ao saber que poderia atuar na escola onde estudei no ensino médio, não pensei duas vezes. Fiz minha inscrição pelo site e, felizmente, fui selecionado para trabalhar como voluntário, onde pude realmente fazer a diferença e me conectar com a profissão que escolhi para minha vida.

Quando estava no quarto semestre da graduação, ouvi falar de um programa

dentro da Faculdade de Educação que trabalhava com os eixos de diversidade, diferença e inclusão. Assim que o edital foi divulgado, li atentamente, segui os requisitos e me inscrevi. Fui aprovado na entrevista e, mal sabia eu, estava prestes a encontrar não apenas um grupo de estudos, mas um verdadeiro lar, uma família e um apoio que são meus colegas do PET (Programa de Educação Tutorial), Programa do Ministério da Educação.

Com um Tutor enérgico e escandaloso, Professor Doutor Geraldo Eustáquio Moreira, que não tolera injustiças e adora “bagunçar” no melhor sentido da palavra, descobri uma oportunidade única de aprender de forma leve e divertida. Nesse espaço, junto aos meus colegas, aprendi a escrever artigos, a melhorar minha escrita acadêmica e, o mais incrível, tive a chance de viajar para outras cidades. Sou imensamente grato ao PET Pedagogia por tudo o que me proporcionou: aprendizado, amizades e a certeza de que estamos ocupando e transformando lugares que sempre foram nossos por direito.

Nesse contexto, o PET Pedagogia me proporcionou participar do Encontro Nacional do Programa de Educação Tutorial (ENAPET) que acontece, anualmente, por diversas cidades do Brasil, reunindo discentes, docentes e interlocutores engajados no programa. Este evento tem o objetivo de discutir coletiva de temas e questões de suma importância para o avanço do PET em âmbito nacional. Nossa contribuição para o evento incluiu a publicação de dois resumos expandidos e um capítulo de livro. Tive a honra de representar meu grupo, junto a três colegas, na cidade de Recife, Pernambuco. Durante o encontro, apresentei o trabalho intitulado *“Pedagogia por amor: o cuidado como prática docente na educação infantil”*. Foi uma experiência enriquecedora. Sem dúvida, um momento de grande felicidade!

Hoje, cursando Pedagogia, morando sozinho e atuando como educador social voluntário na escola onde finalizei o Ensino Médio, percebo que a minha trajetória foi marcada por altos e baixos, mas olho para trás com orgulho. O menino do jardim de infância, que sonhava em ser astronauta, teria orgulho do educador que se tornou. Quero ser um professor que protege as crianças do “bullying” (intimidação), que ensina a importância do respeito. Sinto que estou no caminho certo.

FRAGILIDADES DO VOLUNTARIADO: PAPEL DOS EDUCADORES SOCIAIS VOLUNTÁRIOS NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA DO DISTRITO FEDERAL

INTRODUÇÃO

A inclusão acontece quando se aprende com as diferenças e não com as igualdades.
(Paulo Freire)

A exclusão é um processo histórico que está enraizado na estrutura da sociedade que priva grupos minoritários de acessar espaços. De acordo com Barros (2014, p. 62), “os gregos não poderiam ter inventado a Política, sem também terem forjado, com ela, o seu agente”. Entretanto, a aplicação desse conceito na prática da Grécia Antiga restringia o direito de falar sobre política somente aos homens livres, maiores de 18 anos que possuíam terras e que fossem nascidos de pais atenienses.

No contexto brasileiro, embora, ao longo de um processo histórico de luta, grupos marginalizados tenham conquistado importantes direitos, principalmente no Brasil com a promulgação da Constituição Federal de 1988, a realidade demonstra que pessoas com deficiência, populações negras, periféricas, indígenas e a comunidade LGBTQIAPN+², ainda enfrentam barreiras que impedem a sua participação na sociedade. É nesse contexto de desigualdade que surge a necessidade de incluir.

A inclusão surge como resposta direta às adversidades e violências perpetuadas por uma sociedade historicamente patriarcal, na qual o poder tem sido tradicionalmente concentrado na figura do homem cisgênero, branco, heterossexual e pertencente às classes média e alta. O termo inclusão só existe porque vivemos em uma sociedade excludente. Diferentes formas de discriminação afetam pessoas de

² LGBTQIAPN+ marca um posicionamento de luta, resistência e orgulho, abrangendo: lésbicas (L: mulheres que se relacionam afetiva e/ou sexualmente com outras mulheres); gays (G: homens que se relacionam afetiva e/ou sexualmente com outros homens); bissexuais (B: pessoas que se relacionam afetiva e/ou sexualmente com mais de um gênero); transexuais e travestis (T: pessoas cuja identidade de gênero difere daquela atribuída no nascimento, podendo ou não passar por processo de transição); queer (Q: pessoas que desafiam as normas de gênero e sexualidade, incluindo expressões como as drag queens); intersexo (I: pessoas que nascem com características sexuais que não se enquadram nas definições típicas de masculino ou feminino); assexuais (A: pessoas que não sentem atração sexual por quaisquer gêneros); pansexuais (P: pessoas que se relacionam afetiva e/ou sexualmente com indivíduos de quaisquer identidades de gênero); não binárias (N: pessoas que não se identificam exclusivamente como homem ou mulher); e o símbolo “+” (mais), que representa outras identidades e variações de sexualidade e gênero (Moreira, 2022).

maneiras diversas, durante parte ou toda a trajetória de suas vidas. Algumas dessas formas são evidentes e facilmente percebidas, enquanto outras são mais sutis, exigindo um olhar atento para serem reconhecidas (TUNES, 2012).

A Educação Inclusiva é uma educação acolhedora que busca garantir o acesso e a permanência de todos os estudantes. Ela rejeita a exclusão e a segregação. De acordo com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), a inclusão escolar implica não apenas na matrícula de alunos com deficiência em escolas regulares, mas na adoção de estratégias pedagógicas que assegurem seu aprendizado efetivo e sua participação ativa na comunidade escolar. Para Moreira (2012) os estudos sobre alunos com necessidades educacionais específicas mostram que o conceito de deficiência foi construído sem o foco no combate aos preconceitos. Contudo, há uma tendência em considerar fatores sociais, históricos e culturais, mesmo com a persistência da discriminação.

A inclusão de alunos com deficiência no ensino regular e o atendimento especializado como complemento às atividades escolares da rede pública é um direito garantido por lei no Brasil. Esses estudantes são assegurados por diversos decretos que especificam como as leis devem ser aplicadas na prática, ademais, a Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988) afirma que a educação é um direito de todos. De forma semelhante, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN - Brasil, 1996) estabelece que todas as pessoas tenham oportunidade de receber um ensino de qualidade que promova seu desenvolvimento integral.

Sob essa perspectiva, foi criado o Programa Educador Social Voluntário (ESV) por meio da Portaria 73, de 24 de abril de 2014 (Brasil, 2014) pelo Ministério da Educação (MEC) com o intuito de auxiliar estudantes em atividades educacionais e rotineiras, como alimentação, locomoção e higienização. Nesse sentido, é fundamental saber quem são esses voluntários, qual sua formação, se há capacitação e qual o objetivo real por trás da criação do programa. A função de educador social pode ser considerada uma profissão? É um emprego formal? Existem estratégias para qualificar esses educadores? Quais são os desafios enfrentados por eles no dia a dia?

Na visão de Neiva (2022) o Programa Educador Social Voluntário, atravessado por fundamentos da Nova Direita³, reforça práticas capacitistas e a substituição de

³ Movimento político que combina neoliberalismo (redução do Estado e valorização do mercado) com pautas conservadoras e moralistas, defendendo reformas que reforcem desigualdades e limitam direitos sociais.

profissionais qualificados por mão de obra voluntária e desvalorizada. Pereira (2015), ao discutir criticamente a formação dos educadores sociais, evidencia que essa atuação exige uma base teórica sólida e contextualizada, incompatível com propostas de profissionalização mínima ou de caráter técnico, o que aprofunda a desvalorização da educação brasileira. Em linhas gerais, Leite *et al.* (2024) destaca que o Educador Social desempenha um papel essencial na inclusão e na permanência de alunos com deficiência, porém sua atuação é limitada pela falta de reconhecimento institucional, de condições materiais e de formação adequada.

Por mais que a lei ampare estudantes com deficiência, alguns alunos ainda enfrentam barreiras quando se trata da qualidade educacional e da acessibilidade plena. Contar com o apoio dos Educadores Sociais Voluntários é importante para a comunidade escolar, visto que a sua contribuição facilita o trabalho dos professores que possuem uma alta demanda dentro e fora de sala de aula. Todavia, como o Programa Educador Social Voluntário pode impactar na qualidade da Educação Inclusiva?

Para responder às questões levantadas, o objetivo geral desta pesquisa foi analisar o papel dos Educadores Sociais Voluntários na Educação Inclusiva do Distrito Federal, para compreender a eficácia do Programa, trazendo uma perspectiva prática e reflexiva a partir de experiências diretas vivenciadas por mim no Programa. Para isso, foi elencado quatro objetivos específicos, sendo eles: analisar os editais do Programa Educador Social Voluntário nos anos de 2014 - 2025, para uma melhor compreensão do histórico, do Programa ao longo dos anos; caracterizar o perfil desses profissionais para o exercício de suas funções com alunos com necessidades educacionais específicas (NEE), o terceiro foi analisar a capacitação desses sujeitos a partir do curso preparatório para os Educadores Sociais Voluntários (ESV) oferecido pela Unidade-Escola de Formação Continuada dos Profissionais da Educação (EAPE) e, por último, relatar as experiências no Programa, a partir de experiências próprias, sendo Educador Social Voluntário, e entrevistas com outros ESVs em uma escola de Ensino Médio de Sobradinho, Distrito Federal.

A metodologia utilizada na pesquisa é a qualitativa do tipo exploratória (DIAS, 2000). Para a realização do trabalho acadêmico, foi feito um Estudo de Caso em um Centro de Ensino Médio de Sobradinho no Distrito Federal. A observação participante, a entrevista semiestruturada e a análise documental foram empregadas para a coleta de dados, que foram analisados por meio de análise de dados (CAREGNATO; MUTTI,

2006) e da análise de conteúdo (BARDIN, 1997).

A pesquisa foi dividida em três capítulos de forma a organizar os principais pontos. O primeiro capítulo aborda o histórico do Programa ESV, apresentando os Educadores Sociais Voluntários de Brasília com base em um relatório do Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal (IPEDF). Além disso, estabelece um contraste entre esses educadores e os monitores inseridos na escola pesquisada, questionando a distinção desses dois grupos e a comparação entre o perfil exposto na pesquisa e dos educadores sociais voluntários da escola pública de Ensino Médio do DF. Nesse acontece reflexão crítica sobre o Programa, discute se ele promove uma verdadeira inclusão entre a comunidade e a instituição de ensino ou se serve apenas como forma de utilizar mão de obra barata, em vez de contratar profissionais qualificados.

O segundo capítulo se concentra na estrutura e nos objetivos do curso de formação oferecido pela EAPE, detalhando os conteúdos estudados pelos educadores sociais voluntários antes de iniciar suas atividades nas escolas. Também, aborda a formação e a capacitação desses voluntários para atuar em sala de aula, sua formação para lidar com alunos com deficiência e as necessidades reais desses estudantes. Também, reflete sobre as consequências da falta de formação adequado dos educadores para atender os alunos.

O terceiro explora as vivências do pesquisador que mediante relatos das situações vivenciadas durante a permanência no Programa, destacando as responsabilidades e desafios enfrentados como educador social voluntário, bem como as histórias e trajetórias dos alunos sob a minha responsabilidade. Além disso, aborda a dinâmica e o papel dos educadores sociais naquela escola, ressaltando as histórias protagonizadas pelos alunos e importância dos docentes. Ainda, reflete sobre as dificuldades e reações de uma pessoa inserida no Programa sem a preparação necessária, oferecendo uma visão prática e reflexiva sobre as lições aprendidas no programa por estudante de Pedagogia e autor do presente artigo.

ASPECTOS METODOLÓGICOS

A metodologia utilizada nesta pesquisa caracteriza-se como qualitativa do tipo exploratória, direcionada para realizar a investigação do problema, sendo utilizados dados subjetivos por meio de diálogos e conversas para dar margem a explorar o

objeto de estudo de forma profunda (DIAS, 2000), além, de análise documental.

Para a realização do estudo, a fim de atingir os objetivos, foi feito um estudo de caso. Para Yin (2005, p. 32), o estudo de caso é definido como uma investigação empírica focada em um fenômeno atual, analisado dentro do seu contexto real. Essa metodologia se aplica especialmente em situações em que os limites entre o fenômeno e seu contexto não são nítidos, e emprega diversas fontes de dados para a compreensão.

De acordo com Gil (2008, p. 122), a observação participante, também chamada de observação ativa, envolve o pesquisador diretamente no dia a dia da comunidade, do grupo ou da situação que está sendo estudada. Nessa abordagem, o pesquisador passa a atuar de certa forma como um membro do grupo observado. Assim, a observação participante se torna uma técnica que permite entender a dinâmica do grupo a partir da visão dele mesmo. Dessa forma, pude relatar as minhas vivências no Programa junto com a visão de outros Educadores Sociais Voluntários que estão inseridos no processo.

O presente estudo foi realizado em um Centro de Ensino Médio de Sobradinho, uma instituição que possui 16 salas de aulas, quatro salas especiais, quatro laboratórios, oito banheiros, sala de apoio, sala de leitura, sala de multimídia, sala de professores, sala de coordenação, biblioteca, quadra de esportes, direção, sala de arte, secretaria e sala de dança.

A instituição atende 14 turmas regulares nos turnos matutino e vespertino, além de classes especiais e das modalidades de Educação de Jovens e Adultos (EJA) na modalidade Interventiva, 1º e 2º Segmentos. No turno noturno, são ofertadas cinco turmas de EJA e três turmas regulares. No total, a escola contabiliza 1.215 alunos matriculados, distribuídos da seguinte forma: 860 no Novo Ensino Médio (incluindo 200 no Programa de Fomento à Implantação das Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral - EMTI - do matutino), 235 na EJA Noturno, 83 no Ensino Médio Semestralidade Noturno e 37 no Ensino Especial.

O corpo de funcionários da escola é composto por 57 professores efetivos e 31 professores em contrato temporário; quatro monitoras efetivas e oito educadores sociais voluntários. No quadro administrativo e de apoio, a instituição conta com 13 funcionários da Carreira Assistência à Educação, além de equipes terceirizadas para serviços essenciais: 16 funcionários dedicados à limpeza, quatro à vigilância e sete merendeiros.

A coleta de dados para esta pesquisa envolveu entrevistas semiestruturadas com seis educadores sociais voluntários, para alcançar os objetivos específicos do estudo. Anteriormente, realizou-se análise documental dos editais do Programa no período de 2014 a 2025. A escolha desse recorte justifica-se pelo fato de 2014 marcar a instituição do Programa Educador Social Voluntário no Distrito Federal, e pela intenção de apresentar um panorama histórico do Programa até o momento atual.

A entrevista semiestruturada, por ter um caráter flexível, permite com que o pesquisador faça ajustes e acréscimos de perguntas no roteiro conforme o contexto e as respostas dos entrevistados, permitindo explorar tópicos relevantes de maneira aprofundada (COSTA; OLIVEIRA, 2024), essa abordagem foi empregada para coleta dos dados apresentados nesta pesquisa.

Para atender aos objetivos específicos desta investigação, foi realizada a entrevista com seis ESVs, sendo duas mulheres na faixa etária de 25 a 47 anos, e quatro homens na faixa etária dos 21 aos 34 anos. Dos seis educadores, dois possuem formação na área da Pedagogia, dois se formaram em Administração, uma está cursando Enfermagem e outro não possui Ensino Superior.

Previamente à realização das entrevistas, foi elaborado um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) aos participantes, detalhando claramente os objetivos, os métodos empregados, o destino dos dados coletados e a publicação dos resultados. Além disso, o termo garantia a proteção das identidades dos entrevistados, assegurando o anonimato e a confidencialidade de todas as informações compartilhadas. Com a autorização dos participantes, as entrevistas foram gravadas em um telefone celular e posteriormente transcritas para a análise e interpretação dos dados.

As análises dos dados das entrevistas foram conduzidas mediante a análise de conteúdo Bardin (1977), esta abordagem metodológica permite a investigação sistemática por meio de técnica para interpretar e compreender o conteúdo de mensagens de forma sistemática e objetiva. Isso permitiu compreender os conteúdos para além dos seus significados superficiais.

1 ENTRE A INCLUSÃO E A PRECARIEDADE: ANÁLISE DO PROGRAMA EDUCADOR SOCIAL VOLUNTÁRIO

1.1 Histórico do Programa Educador Social Voluntário: Marcos e Transformações

O Programa Educador Social Voluntário (ESV) foi instituído pela portaria 73, de 24 de abril de 2014 (Brasil, 2014) pelo Ministério da Educação (MEC) para auxiliar os alunos com deficiência da rede pública em atividades da rotina, como alimentação, locomoção e higienização.

Em 2014, o Programa foi implementado no distrito Federal com a exigência de idade mínima de 18 anos, permitindo que qualquer pessoa da comunidade das respectivas Unidades Escolares (UEs) de suas regiões administrativas que estivesse cursando ou tivesse concluído o Ensino Médio pudesse colaborar voluntariamente com a escola ou com os Centro de Educação Especial.

Os voluntários poderiam atuar no auxílio a estudantes com deficiência e/ou Transtorno do Espectro Autista (TEA), sem vínculo empregatício, dedicando-se a uma carga horária de quatro horas semanais. Como forma de resarcimento, recebiam o valor de R\$22,00 por dia, destinado a cobrir despesas como transporte e alimentação. Nesse ano (2014), foram ofertadas 1.664 vagas para voluntários, que realizaram sua inscrição diretamente na escola de interesse, apresentando documento oficial com foto, comprovante de residência e declaração escolar. Os selecionados passaram a integrar o Programa e exercer suas funções sob orientação das equipes escolares.

Já nos anos de 2015 e 2016, a idade mínima foi reduzida para os 16 anos para aqueles voluntários que optassem por uma UE que oferecesse Educação em Tempo Integral. Entretanto, aos que dariam suporte ao Atendimento Educacional Especializado (AEE), o exigido continuava sendo 18 anos. Também houve um acréscimo no valor, passando para R\$25,00 por dia trabalhado. Já a sua capacitação, seria, em teoria, oferecida pelo coordenador e/ou supervisor pedagógico e para aqueles que optaram pela Educação Integral, orientado pelo profissional da Sala de Recursos.

Na maioria dos casos, o perfil dos Educadores Sociais Voluntários era composto por alunos do Ensino Médio, estudantes universitários e membros da

comunidade que possuíam qualificação comprovada para o suporte oferecido no ambiente escolar. Esses voluntários davam apoio às atividades pedagógicas, o que facilitava o trabalho do professor que possui uma demanda muito grande dentro e fora de sala. Além disso, a presença desses voluntários podia permitir um fortalecimento maior entre a escola e a sociedade.

Com o passar dos anos, o Programa passou por diversas mudanças em sua documentação e requisitos de participação. Essas adaptações tornaram o processo mais estruturado, exigindo a identificação oficial com foto, certidões negativas criminais das justiças Federal e Distrital, certidão negativa da Justiça Eleitoral, comprovante de residência e de escolaridade e comprovante de experiência para aqueles que já participaram do Programa em editais anteriores, além das inscrições realizadas de forma online e não mais presencial. Como resultado, houve um aumento significativo tanto no número de inscrições quanto na quantidade de vagas disponibilizadas, demonstrando o interesse dos candidatos pelas vagas e a necessidade crescente de mão de obra para auxiliar no processo de inclusão das pessoas com necessidades específicas

Em uma análise mais detalhada, é apresentado um quadro comparativo que demonstra a evolução do número de vagas ofertadas ao longo dos anos e os valores de ressarcimento correspondentes. Além disso, o quadro identifica períodos de maior ou menor oferta. Essas informações são importantes para avaliar o crescimento do Programa e analisar o número de vagas entre 2014 e 2025.

Quadro 1 - Evolução das vagas e do ressarcimento no Programa de Educador Social Voluntário ao longo dos anos

Ano	Vagas Ofertadas	Valor de Ressarcimento (R\$)
2014	1.664	R\$22,00
2015	2.710	R\$25,00
2016	3.975	R\$25,00
2017	4.975	R\$27,00
2018	6.000	R\$27,00
2019	6.000	R\$30,00
2020	4.542	R\$30,00
2021	4.482	R\$30,00

2022	2.667	R\$30,00
2023	4.500	R\$40,00
2024	5.500	R\$40,00
2025	7.500	R\$40,00

Fonte: Dados de pesquisa dos editais (2014 - 2025).

Ao analisar o quadro é notório uma crescente no número de vagas. Entre 2014 e 2018, observa-se um aumento contínuo nas vagas ofertadas, passando de 1.664 para 6.000, esse crescimento demonstra uma maior procura por esse tipo de serviço nas escolas. O ressarcimento também passou por ajustes nesse período, saindo de R\$22,00 para R\$27,00 em quatro anos.

A partir de 2019, o número de vagas manteve-se em 6.000, enquanto o valor do ressarcimento cresceu para R\$30,00. No entanto, em 2020 e 2021, houve uma redução nas vagas, o que pode estar relacionado à pandemia da COVID-19 e a demanda nas escolas que pararam de funcionar de uma forma remota. Esse impacto se tornou ainda mais evidente em 2022, quando o número de vagas caiu para 2.667, o menor número registrado desde 2015.

No entanto, em 2023 o número de vagas quase dobrou, subindo para 4.500, além do ressarcimento, que passou para R\$40,00, valor que permaneceu nos anos seguintes. O crescimento continuou em 2024 e 2025, alcançando 7.500 vagas no último ano, o maior número registrado.

Apesar da ampliação das vagas e dos reajustes no valor do ressarcimento, o valor pago ainda está muito abaixo do que seria justo diante das responsabilidades atribuídas. Isso mostra que, apesar das mudanças, a valorização dos profissionais continua sendo deixada de lado.

1.2 Educadores Sociais Voluntários de Brasília: Quem são?

O Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal (IPEDF), por meio da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais publicou uma pesquisa que mostra o perfil dos ESV que atuam nas escolas do DF (IPEDF, 2024).

Os resultados da pesquisa intitulada *Educação Inclusiva no Distrito Federal: o Papel dos Educadores Sociais Voluntários* revela que um número bastante elevado dos educadores sociais voluntários é composto por mulheres, representando 83,5%

do total de participantes. A faixa etária predominante é de 30 a 49 anos, com 53% dos entrevistados nessa faixa etária, e a maioria se identifica como parda, correspondendo a 55%. Além disso, 57% dos educadores sociais voluntários afirmaram não ter outra ocupação além da função voluntária, destacando o compromisso integral com o Programa (IPEDF, 2024).

Em análise, considera-se o fato de a maioria dos voluntários ser composta por mulheres (83,5%), o que indica uma presença feminina na área da educação, mesmo de forma voluntária, um reflexo das características do setor, que frequentemente conta com maior participação feminina, especialmente em funções voltadas ao cuidado e à socialização.

Para Moreira *et al.* (2024) há uma tendência cultural que reforça a expectativa de que as mulheres sejam, por natureza, responsáveis pelo cuidado e pelo bem-estar dos outros. Esse estereótipo contrasta diretamente com o discurso de equidade entre os gêneros. Onde estão os homens na educação, se não estão em sala de aula? Em um contexto em que se debate constantemente a importância da diversidade e da equidade de gênero, por que ainda observamos uma predominância feminina nas áreas de apoio e cuidado, como na função de educador social voluntário, por exemplo?

A faixa etária predominante são adultos com certa maturidade, baseado nas suas idades, e a identificação racial de 55% como pardos mostra a diversidade étnica presente neste grupo, o que pode ser visto como um reflexo das características demográficas da população do Distrito Federal. No entanto, é importante ressaltar que a taxa dos voluntários que não possuem outra ocupação além do Programa é grande, o que pode indicar uma falta de alternativa de emprego formal, o que impacta no cenário socioeconômico, tendo em vista que não há existência de um vínculo empregatício e nem obrigação de uma natureza trabalhista.

Em relação à formação acadêmica, a maioria dos educadores sociais voluntários possui Ensino Superior completo (41,5%) e Pós-Graduação (22,1%). Dentre eles, dois terços possuem diplomas nas áreas das Ciências Humanas, Linguística, Letras ou Artes, totalizando 67%. Outras áreas mencionadas pelos entrevistados incluem Tecnologia, Engenharia, Ciências exatas e biológicas, cada uma com 6%, e Ciências agrárias, com 1% (IPEDF, 2024).

A pesquisa analisou também a formação e as experiências dos voluntários relacionadas à percepção de conhecimento sobre crianças e/ou adolescentes com

deficiência e/ou transtornos. As respostas mostraram que houve realização de cursos, capacitações e experiências anteriores na ajuda de alunos com necessidades educacionais específicas, sendo que 82% da amostra possui experiência no atendimento a crianças e/ou adolescentes com deficiências e/ou transtornos; 88% têm vivência em orientação de alunos com necessidades educacionais específicas; 56% adquiriram experiência no atendimento de crianças e/ou adolescentes com deficiências e/ou transtornos em redes particulares; 58% participaram de capacitações ou cursos sobre Educação Inclusiva; e 41% realizaram cursos de formação continuada na área de Educação Inclusiva (IPEDF, 2024).

Embora a maioria dos ESVs tenha participado de capacitações sobre Educação Inclusiva (58%), o dado de que apenas 41% realizaram cursos de formação continuada é menor. A baixa procura por cursos de formação continuada pode ser um indicativo de que há uma deficiência na oferta de programas de capacitação ou, possivelmente, uma falta de incentivo para os profissionais se manterem atualizados sobre as melhores práticas e as novas abordagens na área da inclusão escolar. Em um campo que está em constante evolução, a formação continuada é fundamental para garantir que os educadores sociais voluntários estejam aptos a lidar com as mudanças nas demandas educacionais e as necessidades específicas dos alunos.

No que tange ao perfil dos ESV na escola em que ocorreu a pesquisa, tem-se seis voluntários, sendo duas mulheres e quatro homens na faixa etária entre 21 e 47 anos. Dois possuem formação na área da Pedagogia, dois em Administração, uma está cursando Enfermagem e outro não possui graduação. Cinco se autodeclararam pardos.

Ao analisar os perfis dos ESV apresentados pelo IPEDF em comparação com os dados coletados na escola pesquisada, é notada uma diferença em relação à distribuição de gênero. Enquanto os dados da IPEDF indicam uma predominância feminina entre os voluntários, na instituição pública pesquisada observa-se que a maior parte é composta pelo gênero masculino, com quatro dos seis entrevistados sendo homens.

Por outro lado, foram identificadas semelhanças em relação à faixa etária e à autodeclaração racial. Os participantes da pesquisa têm idade entre 21 e 47 anos, sendo compatível com os dados divulgados pela IPEDF. Além disso, cinco dos seis entrevistados se autodeclararam pretos ou pardos, o que também é semelhante com o perfil racial predominante apontado pelo instituto.

Outro dado relevante é a ocupação profissional dos voluntários. Todos afirmaram não exercer outra atividade além do trabalho voluntário nas escolas públicas. Essa informação reforça a ideia de que, para muitos, o trabalho voluntário, mesmo que sem remuneração salarial ou garantia de direitos trabalhistas, é a única opção.

Quanto à formação acadêmica, observa-se que dos seis entrevistados, quatro possuem Ensino Superior completo, . entre os demais, um concluiu o ensino médio e outro está na fase final do curso de Enfermagem em uma instituição de Ensino Superior privada.

Esse dados evidenciam um cenário de contradição. Embora os educadores sociais voluntários apresentem, em sua maioria, formação acadêmica em nível de graduação, estão atuando em condições de trabalho marcadas pela ausência de direitos trabalhistas, vínculos empregatícios e remuneração adequada. Isso indica uma falta de reconhecimento e valorização do Programa ao atribuir um caráter voluntário, precarizando e terceirizando uma função que poderia ser exercida com um salário digno por profissionais capacitados.

Esse cenário aponta para uma realidade de desvalorização da força de trabalho qualificada, como a educação, que historicamente enfrentam baixos investimentos. A atuação dos Educadores Sociais Voluntários acaba suprindo lacunas do Estado, que, ao invés de ampliar o número de profissionais efetivos, recorre à mão de obra voluntária como alternativa de baixo custo.

Além disso, essa situação evidencia desigualdades sociais e econômicas. Muitos desses voluntários, mesmo formados, permanecem sem acesso a empregos formais e enxergam no Programa uma chance de adquirir experiência ou possuir algum tipo de renda. No entanto, esse tipo de inserção pode contribuir para a normalização do trabalho precário e para a manutenção de estruturas que não garantem direitos básicos aos trabalhadores.

1.3 Educador Social Voluntário *versus* Monitores: o contraste?

No início do ano de 2017 foi realizado o concurso para o cargo de Monitor de Gestão Educacional (MGE), que são os monitores efetivos que atuam nas escolas públicas do Distrito Federal. O concurso teve validade inicial de dois anos, prorrogado por mais dois, encerrando-se em setembro de 2021. Enquanto o concurso público trouxe a profissionalização e a garantia de direitos trabalhistas para os MGEs, os

Educadores Sociais Voluntários (ESVs) representam uma força de trabalho mais precarizada.

O Governo Federal e Distrital frequentemente ressalta a importância da parceria entre o setor público e a sociedade civil, vendo os voluntários como participantes essenciais na implementação de políticas sociais e educacionais. Contudo, esse discurso mascara a falta de investimento adequado e a desvalorização dos profissionais que dedicam seu tempo e esforço à educação.

As principais diferenças entre o Educador Social Voluntário e o Monitor de Gestão Educacional estão no vínculo com a instituição, no foco nas atividades e na remuneração. Enquanto o ESV atua de forma voluntária, sem carteira assinada, e recebendo apenas uma ajuda de custo para transporte e alimentação, o MGE é contratado, tem vínculo formal e recebe salário fixo. No Edital nº 31/2016, que se refere a função do monitor, está escrito que seu dever será “[...] executar, sob orientação de equipe escolar, atividades de cuidado, higiene e estímulo às crianças; participar de programas de treinamento e formação continuada; executar outras atividades de interesse da área” (DISTRITO FEDERAL, 2016. p. 8).

Ao olharmos as diferenças entre essas duas funções, começamos a pensar sobre como os profissionais que atuam na educação são constantemente desvalorizados pelos Governos, como a qualidade da ajuda que dão aos alunos e como o trabalho de alguns é menos valorizado num lugar tão importante que é responsável pela formação do cidadão. De acordo com Silva (2018), em 2017, o número de Educadores Sociais Voluntários foi quase 20 vezes superior ao de monitores, levando em conta as 100 vagas fixas e as 150 do cadastro de reserva. Essa estatística expõe uma realidade problemática na forma como o apoio educacional está sendo organizado. A disparidade entre o número de ESV e monitores levanta questionamentos sobre as prioridades e estratégias no apoio educacional financiada por um governo que não prioriza a educação.

A leitura e interpretação proporcionou a criação de um quadro comparativo com as principais diferenças entre o Educador Social Voluntário e o Monitor de Gestão Educacional, mediante análise das portarias de ambas as partes.

Quadro 2: Comparativo funcional entre Educador Social Voluntário e Monitor de Gestão Educacional

Características	Educador Social Voluntário	Monitor de Gestão Educacional
Requisitos de Ingresso	Ensino Fundamental completo	Ensino Médio completo

	(mínimo), experiência desejável.	(mínimo), podendo exigir nível superior.
Processo de Seleção	Análise de currículo.	Concurso público com provas objetivas e prova de títulos.
Principais Atribuições	<ul style="list-style-type: none"> - Auxiliar e acompanhar os estudantes nos horários das refeições, na formação de hábitos saudáveis, individuais e sociais e desenvolver atividades de higiene antes e depois desses horários; - Auxiliar e acompanhar os estudantes durante as atividades sociais, culturais, esportivas, na realização de oficinas e atividades em grupos; - Auxiliar e acompanhar os estudantes, com supervisão dos professores, durante as atividades pedagógicas com vistas à melhoria e ao avanço das aprendizagens escolares; - Auxiliar a equipe pedagógica na realização das atividades de suporte da Educação em Tempo Integral desenvolvidas no espaço escolar, nas aulas e nas atividades externas que envolvam a participação dos estudantes; - Auxiliar a equipe pedagógica nas atividades de Educação Física, nas hortas comunitárias e agroflorestais que envolvam os estudantes, conforme Projeto Político-Pedagógico da UE. - Auxiliar os estudantes com necessidades educacionais especiais e/ou deficiência e TEA nas atividades diárias, autônomas e sociais que seguem:a) refeições; b) uso do banheiro, escovação dentária, banho e troca de fraldas; c) locomoção nas atividades realizadas na UE e atividade extraclasse; d) para se vestirem e se calçarem; e) atividades recreativas no parque e no pátio escolar. - Auxiliar os estudantes que 	<ul style="list-style-type: none"> - Receber e entregar os estudantes aos pais/responsáveis até 30 minutos antes e após as aulas. - Auxiliar o professor na organização da sala e dos materiais pedagógicos. - Observar e registrar o comportamento dos estudantes sob sua supervisão. - Participar de reuniões com famílias, quando necessário. - Orientar e acompanhar os estudantes nas refeições. - Comunicar à equipe escolar situações de risco ou acontecimentos fora da rotina. - Realizar higiene dos estudantes: sanitário, higiene oral, banho, troca de fraldas, etc. - Verificar e organizar objetos pessoais dos estudantes. - Supervisionar intervalo, sono e descanso. - Auxiliar em atividades lúdicas e pedagógicas. - Acompanhar os estudantes em parques, pátios, aulas de educação física, passeios, etc. - Apoiar estudantes da educação especial em atividades diárias, motoras e sociais. - Controlar postura e ajudar na locomoção dos estudantes com deficiência. - Mediar a realização de atividades pedagógicas sob orientação do professor.

	<p>apresentam dificuldades na organização dos materiais escolares;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Informar ao professor regente as observações relevantes relacionadas aos estudantes, para fins de registro e/ou encaminhamentos necessários; - Acompanhar e auxiliar os estudantes durante as atividades em sala de aula e extraclasses que necessitem de habilidades relativas à atenção, à participação e à interação; 	<ul style="list-style-type: none"> - Auxiliar no controle comportamental e na elaboração de relatórios periódicos. - Executar outras tarefas de mesma natureza e complexidade.
Objetivo Principal	Oferecer apoio educacional complementar e suporte nas escolas	Prestar apoio especializado a alunos, principalmente os com necessidades especiais
Direitos Trabalhistas	Limitados ao resarcimento e condições acordadas no termo	Direitos trabalhistas plenos (férias, 13º salário, etc.)
Estabilidade	Vínculo temporário, dependente da necessidade e do programa.	Estabilidade funcional após período probatório.

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

Analizando o quadro comparativo, são reveladas as diferenças que vão muito além das nomenclaturas dos cargos. Embora ambos atuem no ambiente escolar e ofereçam suporte ao processo educativo, as condições de trabalho são desiguais.

Na prática, muitos Educadores Sociais Voluntários frequentemente assumem responsabilidades que vão além da sua atuação, incluindo atividades pedagógicas formais, para as quais nem sempre possuem a formação adequada. Esse acúmulo de funções, juntamente com a ausência de um vínculo empregatício formal, nos faz refletir sobre uma relevante questão ética: até que ponto é aceitável delegar responsabilidades escolares a um voluntário, especialmente quando tais tarefas exigem formação específica e envolvem grande responsabilidade?

Diante do exposto, fica evidente que é fundamental reformular as políticas públicas educacionais, com foco especial no Programa do Educador Social Voluntário. É preciso reavaliar o papel desses voluntários, pois suas funções, muitas vezes, se confundem com as de profissionais contratados, especialmente em atividades que exigem habilidades específicas e compromisso contínuo.

É notório que os educadores sociais voluntários são cruciais, no entanto a comparação entre voluntariado e trabalho remunerado pode ser preocupante e mostra a urgência da realização e ampliação de concursos públicos. É essencial a garantia de condições dignas e permanentes aos profissionais que atuam no suporte educacional, com ênfase na Educação Inclusiva.

1.4 Inclusão ou exploração? Reflexões críticas sobre o Programa

A presença do Educador Social Voluntário nas escolas pode ser vista por duas óticas. Por um lado, pode parecer uma estratégia de inclusão, um laço de fortalecimento com a comunidade e a instituição de ensino público, mas por outro, ao analisarmos, de uma forma mais crítica, percebemos traços de precarização do trabalho. De acordo Neiva (2022) atribuir a esse trabalho um caráter voluntário, acaba-se não apenas precarizando a função, mas também terceirizando atividades que originalmente deveriam ser desempenhadas por profissionais contratados, como monitores, pedagogos e orientadores educacionais.

O discurso do Governo tem uma narrativa que apela a valores nobres, pois oferece oportunidades para indivíduos marginalizados participarem ativamente na sociedade, desenvolvendo habilidades e contribuindo para o bem comum. No entanto, na prática podemos perceber que existe uma exploração da vulnerabilidade econômica desses voluntários, que estão fora de suas áreas e não conseguem empregos formais.

Mesmo que o Educador Social Voluntário tenha formação para atuar pedagogicamente, não é justo que ele assuma essa função sem receber por isso. A ausência de vínculo empregatício e de remuneração adequada torna essa prática uma forma velada de exploração. Ao delegar tarefas pedagógicas a um voluntário, o sistema de ensino se isenta de contratar profissionais habilitados, precarizando o trabalho. Isso desvaloriza tanto o profissional quanto a educação como um todo, ao tratar o trabalho educativo como algo que pode ser feito de forma gratuita, quando, na verdade, exige preparo, tempo e compromisso.

A ausência dos direitos trabalhistas e de uma remuneração fixa, caracteriza essa atuação como uma forma de mão de obra de baixo custo, levantando questões sobre a real motivação para a criação do Programa que está longe de integrar plenamente os indivíduos, pelo contrário, não são recompensados financeiramente e não possuem proteção de leis trabalhistas, o que não garante uma segurança financeira e tão pouco uma proteção de saúde, pois pelas Portarias do Programa, a ausência por cinco dias consecutivos, sem aviso prévio, configura abandono.

Um exemplo dessa vulnerabilidade é o caso que ocorreu no início do mês de abril de 2025, em que uma educadora social voluntária da escola do Gama foi atropelada em frente à unidade em que trabalhava. Não houve prestação de socorro por parte do motoqueiro que a atropelou, visto que ele fugiu da cena do crime. A educadora fraturou o fêmur e algumas costelas, ficando internada com dreno no pulmão. A escola, legalmente, se viu obrigada a desligá-la (SINPRO-DF, 2025).

O desamparo por parte do Governo se contradiz com a filosofia de inclusão que prega. A ausência de um vínculo empregatício formal, que garantiria à trabalhadora direitos como licença médica remunerada e estabilidade provisória, expõe uma falha sistêmica na forma como o Estado trata esses colaboradores. Ao invés de reconhecer a essencialidade do trabalho e oferecer as proteções trabalhistas adequadas, o Governo economiza recursos à custa da segurança e do bem-estar daqueles que atuam na linha de frente da educação.

Se o Governo reconhece a importância do papel dos Educadores Sociais Voluntários no sistema de ensino, é contraditório que não lhes assegure os mesmos direitos e benefícios concedidos a outros profissionais da área. A falta de um amparo legal e financeiro adequado em situações de acidente ou doença não apenas fragiliza a vida desses indivíduos, mas, também, questiona a legitimidade de um modelo que se sustenta na ausência de direitos básicos.

Não se trata de negar a importância do voluntariado, mas de delimitar claramente suas fronteiras e impedir que se torne uma ferramenta para a terceirização irregular de funções pedagógicas essenciais.

2 A CAPACITAÇÃO PARA O DESAMPARO: O “TREINAMENTO” DO EDUCADOR SOCIAL VOLUNTÁRIO

Embora as Portarias anuais do Programa Educador Social Voluntário sempre mencionem a previsão de uma capacitação realizada por profissionais das instituições de ensino, foi somente em 2025 que essa promessa se concretizou de forma estruturada.

A Unidade-Escola de Formação Continuada dos Profissionais da Educação (EAPE) finalmente ofertou um curso de formação intitulado *Noções Básicas para Atuação no Programa Educador Social Voluntário*, no qual o treinamento de 30 horas foi ministrado na modalidade a distância, ocorrendo entre os dias 3 e 7 de fevereiro de 2025.

Este curso teve caráter obrigatório para todos os Educadores Sociais Voluntários que foram selecionados para atuar nas escolas. Essa formação teve como objetivo garantir um preparo mínimo aos voluntários antes de seu ingresso nas unidades de ensino. Ao final do curso, a EAPE emitiu um certificado de conclusão, que não apenas atestava a participação do educador nas aulas, mas também servia como comprovação da aptidão para exercer as funções designadas no Programa. Sem esse certificado, o voluntário não estaria apto a iniciar suas atividades.

2.1 Guia rápido para a "inclusão": A formação do Educador Social Voluntário

Algumas semanas antes dos Educadores Sociais Voluntários iniciarem suas atividades nas escolas, a EAPE enviou um *link* de acesso para o e-mail de todos os contemplados. Este dava acesso ao ambiente virtual de aprendizagem da Escola de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação, que abrigava o curso de formação obrigatório. A estrutura do curso era composta por seis módulos. Cada módulo continha videoaulas interativas e, no decorrer dessas aulas, surgiam duas a três atividades. Essas atividades eram projetadas para testar o entendimento do voluntário sobre o conteúdo que acabara de ser apresentado.

A plataforma era intuitiva, de fácil interação com os conteúdos, o que facilitava a navegação entre os módulos. Assim, o Educador Social Voluntário que quisesse apenas receber o certificado sem assistir às aulas, poderia conseguir. No entanto, só prosseguia para o próximo módulo quando respondesse às atividades. Cada módulo tinha uma duração específica de 10 a 20 minutos. O conteúdo abordado nos módulos era diversificado, desde a legislação e ética do voluntariado até conceitos de Educação Integral e Inclusiva.

Para facilitar a compreensão do curso de formação obrigatório oferecido pela EAPE, foi feito um detalhamento dos conteúdos estudados pelos Educadores Sociais Voluntários, bem como as atividades que tiveram em cada módulo.

Módulo 2: Conceito de Educação Integral

Atividade 1: "Qual é o objetivo fundamental da Educação em Tempo Integral?"

Opções de resposta:

- [Incorreta] É apenas permitir que os estudantes com dificuldades tenham reforço escolar.
- [Correta] Ampliar o tempo de estudos na escola de forma que os estudantes participem de atividades culturais, artísticas e esportivas, além de um acompanhamento pedagógico de qualidade. Isso ajuda a desenvolver habilidades importantes para a vida deles.
- [Incorreta] É apenas permitir que os estudantes com dificuldades tenham reforço escolar. (Repetição da opção incorreta)

Atividade 2: "Quais as principais funções do Educador Social Voluntário na Educação em Tempo Integral?"

Opções de resposta:

- [Incorreta] Acompanhar e auxiliar os estudantes com deficiência somente nas atividades de sala.
- [Correta] Acompanhar e auxiliar os estudantes nas atividades de educação em tempo integral.
- [Incorreta] Apoiar somente os professores nas atividades escolares.

Atividade 3: "Escolha a alternativa correta, em relação a carga horária do ESV."

Opções de resposta:

- [Incorreta] Tem dias que a carga horária será pela manhã e em outros dias a tarde.
- [Incorreta] Não há uma definição da carga horária para o ESV.
- [Correta] O tempo de voluntariado será de 4 horas seguidas por turno, ajustado em comum acordo com a equipe gestora.
- [Incorreta] É o ESV que define sua carga horária de trabalho.

Módulo 3: TEA, SD, Deficiência Física, Intelectual, Auditiva e Surdez, Deficiência Visual: Baixa Visão e Cegueira, Surdocegueira e Deficiência Múltipla

Atividade 1: "Vamos reforçar o que você acabou de aprender, marque a alternativa incorreta."

Opções de resposta:

- [Incorreta] O estudante com Transtorno do Espectro Autista – TEA, pode apresentar dificuldades de interação com os colegas, na comunicação e na adaptação dos espaços escolares. Necessitando de um apoio para sua inclusão.
- [Incorreta] Uma das atribuições do educador social voluntário no apoio aos estudantes com deficiência ou TEA é auxiliar na organização da rotina de atividades da vida diária. Exemplo: organizar o material escolar, orientar sobre o cronograma de atividades, prestar apoio na alimentação e na higiene pessoal.
- [Correta] A legislação brasileira não respalda a inclusão da pessoa com deficiência nas escolas públicas.
- [Correta] A legislação brasileira não respalda a inclusão da pessoa com deficiência nas escolas públicas. (Repetição da opção correta)

Atividade 2: "Caso você seja selecionado para atender estudantes com deficiência, você atenderá sob a supervisão do profissional da sala de recurso e da equipe gestora?"

Opções de resposta:

- [Correta] VERDADEIRO.
- [Incorreta] FALSO.

Atividade 3: "Marque a(s) alternativa(s) correta(s)."

Opções de resposta:

- [Correta] Um estudante com deficiência física é alguém que enfrenta dificuldades de movimento ou postura, que podem ser causadas por condições de nascença ou adquiridas ao longo da vida.

- [Correta] A escola pode usar materiais em braille, libras, livros e telas com alto contraste, recursos de áudio ou tecnologia assistiva para ajudar estudantes com deficiência sensorial.
- [Incorreta] Deficiência Física: Uma pessoa com essa condição tem um ritmo próprio para aprender coisas novas, entender informações e realizar tarefas do dia a dia, como conversar, brincar e cuidar de si mesma.

Módulo 4: Práticas de Cuidado e Autonomia

Atividade 1: "Como o educador social voluntário pode estimular a autonomia de um estudante com deficiência? Marque a alternativa correta:"

Opções de resposta:

- [Correta] Incentivando o estudante a realizar sozinho o que ele já consegue, como segurar a colher.
- [Incorreta] Evitando que o estudante tente atividades para não se frustrar.
- [Incorreta] Ajudando o estudante a realizar todas as atividades, sem permitir que ele tente sozinho.
- [Incorreta] Esperando que o estudante faça tudo sem apoio ou orientação.

Atividade 2: "Qual é a recomendação para alimentar uma criança com deficiência?

Marque a alternativa correta:"

Opções de resposta:

- [Correta] Posicionar a criança sentada de forma reta, com apoio no bumbum e pescoço, e observar suas expressões.
- [Incorreta] Deixar a criança comer sozinha, mesmo sem conseguir segurar os utensílios corretamente.
- [Incorreta] Alimentar a criança deitada para que ela não engasgue.
- [Incorreta] Colocar a criança com a cabeça caída para trás, para facilitar a alimentação.

Módulo 5: Apoio e auxílio à locomoção, higiene e cuidados básicos no ambiente escolar

Atividade 1: "O que é fundamental ao auxiliar na higiene de crianças com deficiência?

Marque a opção correta:"

Opções de resposta:

- [Incorreta] Ajudar sem respeitar o corpo da criança, focando apenas na limpeza.
- [Incorreta] Ignorar a participação da criança no processo, para agilizar o momento.
- [Correta] Manter o respeito pelo corpo da criança, garantindo sua dignidade e autoestima.

Atividade 2: “Como prevenir a irritação causada pela hipersalorreia em crianças?

Marque a opção correta:”

Opções de resposta:

- [Incorreta] Ignorar a irritação e esperar que ela desapareça sozinha.
- [Correta] Limpar a boca com frequência, utilizar produtos para proteger a pele.
- [Incorreta] Utilizar qualquer tipo de escova de dentes, sem se preocupar com a suavidade ou adaptações.
- [Incorreta] Evitar limpar a boca da criança, pois pode causar mais irritação.

Atividade 3: “Como o educador social deve agir em relação aos estudantes que usam

fralda? Marque a opção correta:”

Opções de resposta:

- [Incorreta] Ajudar apenas quando o aluno pedir, sem tentar oferecer suporte antes.
- [Correta] Estar atento ao tempo em que o aluno fica sem ir ao banheiro, oferecendo ajuda sempre com paciência e respeito.
- [Incorreta] Ignorar o fato de o aluno não pedir para ir ao banheiro e esperar que ele se vire sozinho.
- [Incorreta] Criticar o aluno por não pedir para ir ao banheiro, por achar que é uma provocação.

Módulo 6: Informações e orientações acerca da comunicação aumentativa e alternativa e a importância da interação.

Atividade 1: “Qual é a importância da autonomia e acessibilidade para a vida de

Heloísa no vídeo “Porque Heloísa”? Marque a alternativa correta:”

Opções de resposta:

- [Incorreta] Não tem impacto na sua vida.
- [Incorreta] É apenas uma formalidade.
- [Correta] Facilita a sua locomoção e escolhas.

- [Incorreta] Não é importante.

Atividade 2: “Qual é a melhor maneira de ajudar um estudante a se sentir confortável e a se comunicar melhor? Marque a alternativa correta.”

Opções de resposta:

- [Correta] Observar atentamente, comunicar suas ações e fazer perguntas.
- [Incorreta] Ignorar suas opiniões.
- [Incorreta] Evitar interações diretas.
- [Incorreta] Falar somente sobre o que eu quero.

A seguir, passamos a analisar, criticamente, os conteúdos ofertados na referida formação.

2.2 Análise crítica do conteúdo da formação ofertada pela EAPE

Ao analisarmos os módulos é perceptível que o curso oferecido pela Unidade-Escola de Formação Continuada dos Profissionais da Educação aborda de forma superficial um tema tão importante quanto a Educação Inclusiva e Especial. As perguntas são de múltipla escolha, com respostas óbvias, o que não necessariamente garante a compreensão e formação dos ESVs para lidar com as complexidades do dia a dia nas escolas. Ademais, a coleta de dados das questões do primeiro módulo, de natureza introdutória, não foi realizada inicialmente.

Temáticas como o Transtorno do Espectro Autista (TEA), a Síndrome de Down e outras deficiências exigem uma base teórica e prática muito mais extensa do que as 30 horas que o curso oferece. A complexidade desses estudos e as diversas necessidades educacionais específicas demandam um conhecimento aprofundado, estratégias pedagógicas diferenciadas e sensibilidade por parte dos profissionais da educação.

A ausência de espaços para debate, discussão e esclarecimento de dúvidas neste curso é insuficiente no processo formativo. Uma troca de experiências, análise de casos concretos e interações entre os participantes e instrutores são fundamentais para a construção de um saber prático e contextualizado sobre a Educação Inclusiva.

A base teórica, embora importante, é insuficiente quando desvinculada de momentos de reflexão crítica e aplicação prática. Segundo Paulo Freire: "Ninguém educa ninguém, ninguém se educa sozinho, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo" (Freire, 2015, p. 39). Logo, é notório a importância da

interação e da troca de conhecimentos no processo educativo, em que todos aprendem e ensinam em conjunto, o que dialoga com a experiência do Educador Social Voluntário no contexto escolar.

O curso deveria contemplar metodologias ativas, estudos de caso, simulações e a participação de especialistas e profissionais com experiência na área da Educação Especial e Inclusiva, para promover uma formação que vá além da mera informação e que efetivamente capacite os ESVs para atuarem de forma competente e inclusiva nas escolas. Nesse sentido, Saviani (2011) ressalta que a prática educativa não se reduz à mera transmissão de informações, mas implica a mobilização de saberes e a reconstrução da experiência, o que requer um processo formativo consistente e continuado. Somente inseri-los nas escolas com um certificado de capacitação, na prática, não prepara ninguém para atuar com alunos que possuem algum tipo de necessidade educacional específica.

A participação no curso preparatório oferecido pela EAPE é um avanço, pois antes não existia. Contudo, ainda é insuficiente, pois, por si só, não garante que os Educadores Sociais Voluntários estejam capacitados para atender às necessidades específicas de cada aluno com deficiência.

A diversidade presente no ambiente escolar exige profissionais da educação com formação continuada e aprofundada. Nesse sentido, torna-se contraditório que, em consonância com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB -Brasil, 1996), que estabelece um padrão mínimo de qualidade para a educação, o governo não ofereça uma formação mais abrangente e, ao invés disso, insira pessoas sem a devida qualificação, comprometendo as relações e qualidade dos serviços ofertados.

2.3 Metodologia da formação: como o conhecimento foi transmitido?

A modalidade online do curso apresentou pontos positivos e negativos. Entre as vantagens, é importante destacar a flexibilidade de horário, o que permitiu aos ESVs acessar o material do curso conforme sua rotina, dentro do período que estivesse disponível.

A acessibilidade também é um ponto forte, visto que o educador, com acesso à internet em qualquer lugar, poderia participar do curso sem necessidade de deslocamento físico. Além disso, o ritmo de estudo individualizado também pode ser considerado como um benefício, pois possibilitou ao voluntário aprender no seu próprio tempo e avançar somente quando se sentisse seguro.

O estudo online também apresenta desvantagens como a falta de interação presencial, que dificulta a troca de experiências e o esclarecimento de dúvidas. Também é um ponto negativo, a dificuldade de concentração, devido a distrações quando se está em casa. Além disso, exige-se maior autodisciplina e organização, quando não se tem horários fixos e um ambiente próprio com modo síncrono.

A avaliação superficial, baseada em atividades de múltipla escolha, não é uma forma vantajosa de preparo para os desafios práticos. Por fim, a abordagem superficial de temas complexos como Educação Inclusiva e Especial pode comprometer a formação e o entendimento do papel do ESV.

As aulas e atividades nos módulos eram predominantemente passivas, pois consistiam em vídeos curtos seguidos de atividades de múltipla escolha. A ausência de interatividade por ser limitada a responder aos testes entre os vídeos prejudicou a formação completa, por não possuir fóruns de discussões, *chats* ao vivo ou outras ferramentas que permitisse que os ESVs interagirem uns com os outros e até mesmo com o professor que ministrava as aulas.

A didática utilizada era básica e direta, com foco na transmissão de informações essenciais. Os vídeos explicativos eram simples, e as atividades de múltipla escolha serviam para verificar a compreensão básica do conteúdo.

Diante do exposto, infere-se que a didática carece de profundidade e recursos mais elaborados, como exemplos práticos ou estudos de caso. Afinal, como nos ensina Paulo Freire (1996, p. 47) "ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção. Para alguns, pode ter facilitado a compreensão superficial dos temas, mas para outros, com diferentes estilos de aprendizado, pode ter sido insuficiente.

2.4 Consequências da falta de capacitação para alunos e ESVs

Até o ano de 2024, não existia o curso com essa temática oferecido pela EAPE aos Educadores Sociais Voluntários. Esses voluntários eram inseridos diretamente na instituição sem a formação mínima esperada, supostamente aprendendo na prática com o cotidiano a como lidar com as especificidades de cada aluno.

Essa ausência de capacitação formal pode trazer consequências tanto para os voluntários quanto para os alunos, pois sem o preparo técnico ou orientação pedagógica inicial, os ESV são expostos a situações complexas do ambiente escolar,

como o atendimento a estudantes com deficiência, em situação de vulnerabilidade social ou com demandas emocionais específicas. Como resultado, muitos educadores podem se sentir inseguros, desvalorizados e despreparados, o que impacta diretamente na qualidade da educação e na construção de vínculos com os estudantes.

Paulo Freire reforça que o ato de ensinar exige preparo técnico, científico e ético. Em *Pedagogia da Autonomia* (1996. p. 36), ele destaca que “ensinar exige competência profissional”, pois o educador deve ser capaz de ler criticamente o mundo e mediar o conhecimento com os estudantes de forma dialógica e emancipadora. A falta de capacitação limita essa mediação e empobrece o processo educativo, tornando-o menos libertador.

O Plano Nacional de Educação (PNE), Lei nº 13.005/2014 (Brasil, 2014), reconhece a formação dos profissionais da educação como uma das principais metas para a melhoria da qualidade do ensino. Ainda que os ESVs atuem em caráter de apoio e não assumam diretamente à docência, a ausência de capacitação inicial e formação continuada compromete o desenvolvimento das atividades escolares e a qualidade do atendimento aos estudantes.

Tal realidade revela um paradoxo: ao mesmo tempo em que o Estado reconhece a importância da formação docente, permite a presença de voluntários não qualificados em espaços que exigem preparo técnico, ético e pedagógico para lidar com as múltiplas demandas do cotidiano escolar.

O problema é maior por se tratar do atendimento a estudantes com deficiência e/ou necessidades educacionais específicas. Sem conhecimento sobre práticas inclusivas, acessibilidade e adaptações curriculares, os voluntários acabam reproduzindo um modelo excluinte, mesmo que de forma involuntária. Isso vai de encontro aos princípios da Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), que garante o direito à Educação Inclusiva com apoio especializado por profissionais qualificados.

Do ponto de vista teórico, Vygotsky (1991) destaca que o desenvolvimento humano é influenciado pelas interações sociais e pela mediação simbólica entre sujeito e cultura. Para o autor, o aprendizado não é um processo isolado, mas acontece no contexto das relações interpessoais, por meio daquilo que ele denomina zona de desenvolvimento proximal (ZDP), o espaço entre o que o aluno consegue fazer sozinho e o que ele pode realizar com o apoio de um adulto mais experiente. Nesse sentido, o educador, ao atuar como mediador, precisa ter conhecimentos e

instrumentos teóricos e metodológicos adequados para guiar a aprendizagem e promover o desenvolvimento das capacidades cognitivas e sociais dos alunos.

Além disso, Vygotsky mostra que o conhecimento é construído a partir da linguagem e da interação social, o que exige do educador a capacidade de escuta ativa, diálogo e mediação. A ausência de formação pode tornar as interações mais superficiais ou autoritárias, o que enfraquece a construção do vínculo entre educador e aluno.

3 TRAJETÓRIA FORMATIVA DE UM EDUCADOR SOCIAL

3.1 Vivência do pesquisador como Educador Social Voluntário: formação na prática

Essa vivência foi determinante para minha formação enquanto futuro pedagogo. O contato direto com estudantes da Educação de Jovens e Adultos (EJA), especialmente aqueles com deficiência, ampliou minha compreensão sobre os desafios da inclusão escolar, sobre a importância do acolhimento e sobre o papel social da escola pública. Enfrentei situações que exigiram sensibilidade, escuta ativa, paciência e criatividade para adaptar atividades e apoiar os alunos em suas singularidades, tendo em vista que eu não havia recebido nenhuma preparação, apenas fui inserido com algumas orientações a respeito das dificuldades dos alunos.

Foi a partir dessa experiência concreta que passei a enxergar a educação para além dos conteúdos curriculares. Compreendi que ser educador envolve, sobretudo, reconhecer o outro em sua complexidade e atuar como mediador de saberes, afetos e oportunidades. A convivência com alunos de diferentes trajetórias de vida, muitos deles marcados por desigualdades sociais, me fez refletir sobre o compromisso ético da docência e sobre o papel transformador da escola na vida das pessoas.

Além disso, essa oportunidade reforçou minha certeza da minha escolha profissional. Trabalhar com a EJA e com a Educação Especial me despertou o interesse por políticas públicas de inclusão, por práticas pedagógicas que valorizem a diversidade. Desde então, venho direcionando meus estudos e estágios acadêmicos para essas áreas, com o desejo de atuar, no futuro, como um professor comprometido com a construção de uma escola mais justa, democrática e inclusiva.

3.2 O olhar sobre os alunos: vivências com os estudantes acompanhados pelo pesquisador

Relatos de vivências de um Educador Social Voluntário Pesquisador

No meu primeiro dia de atuação como Educador Social Voluntário em uma escola pública de Educação Básica, fui apresentado a dois estudantes⁴ da Educação de Jovens e Adultos (EJA), ambos com diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista (TEA) em grau severo e não verbais: J., de 16 anos, e T., de 17 anos. Desde o início, ficou evidente a complexidade das demandas desses alunos, que exigiam acompanhamento atento, estratégias específicas e muita paciência.

O aluno J. apresentava comportamentos que incluíam tentativas de chutar professores e voluntários ao se sentir invadido ou contrariado. Relatos de docentes e educadores mais antigos, do ano anterior (QUAL?), J. ainda defecava nas roupas e, em alguns episódios, chegou a arremessar as próprias fezes em uma professora. Esses comportamentos, além de representarem desafios significativos para a gestão da sala de aula, exigiam uma atuação cuidadosa para não agravar sua situação emocional e preservar a segurança de todos.

Já o estudante T. demonstrava comportamentos inadequados socialmente e em público de exposição corporal, frequentemente abaixando as calças durante as aulas. Na sala, havia um educador social voluntário mais experiente que sabia intervir, utilizando um tom de voz firme, mas respeitoso, para acolher e ajudar a organizar os comportamentos desse estudante

No primeiro dia de trabalho, fui apresentado ao estudante D., de 17 anos, com quem passei a atuar de forma exclusiva. Fui informado previamente de que D. apresentava episódios de agressividade direcionados, sobretudo, a figuras masculinas, enquanto interagia de maneira mais tranquila com mulheres. Ao chegar à sala, o encontrei agitado, chutando o monitor efetivo que aguardava minha chegada. Assim que me viu, correu na minha direção e ficou me encarando por alguns segundos. Senti, ao mesmo tempo, medo e curiosidade. Para minha surpresa, D. sorriu e não demonstrou estranhamento. A professora regente chegou a brincar dizendo que eu havia sido “o escolhido”, já que era o único homem com quem o aluno não tratou de modo violento.

⁴ Os nomes dos estudantes foram abreviados para a primeira letra de seus nomes, artifício utilizado para assegurar o sigilo das informações que pudessem identificá-los.

Durante a primeira semana, pude observar que D. possuía uma rotina muito específica. Ele era o único aluno da turma e, ao chegar, imediatamente retirava os sapatos, abria sua lancheira e comia dois *nuggets* fritos. Esse padrão alimentar, com ingestão diária de frituras já às 8h da manhã, evidenciava a ausência de um acompanhamento nutricional adequado, o que podia estar interferindo diretamente em seu bem-estar e rendimento escolar. Após a refeição, D., frequentemente, tentava sair da sala, exigindo constante vigilância e disposição física para acompanhá-lo por toda a escola, especialmente nos momentos em que ele fugia do espaço de sala de aula. O aluno escapava nos intervalos e corria empurrando os outros estudantes do ensino regular.

Em relação às atividades pedagógicas, D. mostrava resistência. Raramente aceitava participar das propostas feitas pela professora e, embora fosse minimamente verbal, usava poucas palavras, esporadicamente. Sua comunicação era majoritariamente não verbal, o que exigia um esforço constante de observação e interpretação de suas expressões e comportamentos.

Essa experiência, logo nos primeiros dias, evidenciou o quanto fundamental é o vínculo entre educador e estudante, sobretudo na Educação Especial, modalidade na qual o conhecimento, a escuta sensível e a paciência são elementos centrais para promover qualquer avanço no processo de ensino e aprendizagem.

Foram dois anos acompanhando o estudante D., entre 2022 e 2023, e durante esse período aprendi muito mais do que ensinei. Com o tempo, fui conhecendo suas preferências e encontrando formas de estabelecer vínculos e criar estratégias para a sua participação na rotina escolar.

Uma das grandes paixões de D. era a música. Ele constantemente repetia o nome “Kevinho” e cantava trechos da música *Olha a Explosão*, pulando com entusiasmo e imitando o som de uma bomba. A partir dessa observação, nos dias em que estava mais agitado, o educador social voluntário utilizava a música como ferramenta pedagógica e de mediação comportamental. Colocava para tocar no celular as canções favoritas, e juntos dançávamos, criando um momento de descontração e conexão que o ajudava a se acalmar. Após essa pausa, ele aceitava realizar ao menos uma atividade pedagógica, embora ainda demonstrasse resistência à maioria delas.

Lembro com muita emoção o dia em que D. escreveu seu nome pela primeira vez. Pulei de felicidade e comemorei com a professora regente da turma, Cádia

Praxedes, uma educadora que marcou profundamente minha trajetória. Cátia foi um exemplo inspirador: paciente, sensível e comprometida com a educação. Após sua aposentadoria, em 2023, me aproximei da professora Márcia Beiron, cuja criatividade, energia e afeto extrapolaram os limites da sala de aula. Márcia se tornou, além de uma colega de trabalho, uma figura materna fora da escola, sempre presente, acolhedora e disposta a apoiar.

D. ia todos os dias à escola acompanhado de sua mãe, os dois sempre de bicicleta, o que demonstrava o esforço da família para garantir a sua presença e continuidade nos estudos. Ele adorava jogar futebol na quadra da escola, o que se tornava mais uma oportunidade de socialização e expressão corporal.

Em 2024, D. recebeu a terminalidade escolar, encerrando oficialmente sua trajetória na instituição e, consequentemente, também o meu trabalho como seu educador social voluntário exclusivo dele. A despedida foi marcada por sentimentos mistos: orgulho pelo caminho percorrido e aprendizado adquirido, além da saudade de um vínculo construído com muito respeito, cuidado e afeto.

No ano seguinte, assumi a responsabilidade de acompanhar a professora Alessandra Pernambuco em sala de aula, dividindo o espaço com aproximadamente sete alunos, além de outro educador social voluntário e uma monitora efetiva. Tratava-se de uma turma de integração inversa, composta por estudantes com múltiplas deficiências, entre elas o transtorno do espectro autista, cadeirantes, síndrome de Down e deficiência intelectual.

Essa experiência foi marcante, sobretudo por me proporcionar o contato com diferentes realidades dentro de um mesmo contexto educacional. Diferentemente do ano anterior, quando eu acompanhava um único aluno, agora tinha o desafio de auxiliar diversos estudantes, com necessidades variadas, nas suas atividades escolares. Foi nesse contexto que me encantei pela prática pedagógica da professora Alessandra. Uma profissional admirável, que ensinava com amor, sabedoria e, acima de tudo, com uma paciência que inspirava todos ao redor. Sua atenção aos detalhes, seu olhar individualizado para cada estudante e sua forma de conduzir a sala tornaram-se, para mim, referências fundamentais.

Contudo, minha permanência nessa turma foi breve. Poucas semanas depois, a coordenação escolar me direcionou para acompanhar dois alunos na classe regular de ensino, B., 18 anos e R. 17 anos, cada um com suas especificidades e demandas. A mudança, embora repentina, abriu um novo campo de aprendizado e observação:

o desafio da inclusão de estudantes com deficiência em salas regulares e o papel do educador social voluntário nesse processo.

Ao conhecer os dois novos alunos, ambos matriculados no primeiro ano do Ensino Médio, desenvolvemos uma boa relação. Os dois tinham diagnóstico de Síndrome de Down.

B. era mais comunicativo e espontâneo; diariamente me elogiava, demonstrando carinho e afeição ao comentar sobre meu estilo, as roupas que eu usava e os acessórios que eu carregava, como as correntes no pulso e no pescoço. Já R. era mais introspectivo, falava pouco e possuía um comportamento infantilizado. Muitas vezes chorava alto, chamando a atenção de toda a escola, especialmente quando contrariado. Sua maior paixão era desenhar, pintar e recortar relógios do Ben 10, que colava nos pulsos com cola branca. Era uma rotina: diariamente fazia seus relógios, e ao final do ano, havia mais de cinquenta deles em seu caderno.

A convivência diária me fez refletir profundamente sobre o lugar que esses alunos ocupavam dentro de uma sala de aula regular. Nenhum dos dois era alfabetizado, o que os afastava completamente do conteúdo ministrado. A equipe gestora justificava a permanência desses estudantes na sala regular por causa da socialização e por causa da diretriz prevista pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e outras, que recomendam a matrícula preferencial de estudantes da Educação Especial na rede regular de ensino. No entanto, essa inclusão, na prática, não se concretizava de forma efetiva.

Os professores raramente adaptavam as atividades às suas necessidades, o que me levou, muitas vezes, a recorrer à professora Alessandra para buscar materiais pedagógicos mais adequados, a fim de alfabetizar os alunos com alguma intencionalidade educativa. A ausência de planejamento inclusivo impactava diretamente na motivação de B., que, por ter um raciocínio mais estruturado, começou a demonstrar sinais de frustração com a escola. Em muitas ocasiões, ele dizia que não gostava de ir à escola “para ficar olhando para o teto”, pois os professores não lhe davam atenção e ele não conseguia entender o conteúdo.

Essas falas me preocupavam profundamente, principalmente quando passaram a incluir afirmações como “preferia não estar vivo”. Reconhecendo a gravidade da situação, levei a questão até a coordenação pedagógica, demonstrando minha preocupação com o bem-estar emocional do aluno. A escola, então, organizou uma reunião com a vice-diretora, a professora da sala de recursos, a mãe do

estudante e eu (ESV). A partir desse diálogo, conseguimos adaptar os horários de permanência de B. na escola, de forma que, em alguns dias da semana, ele frequentasse a sala da professora Alessandra, onde se sentia acolhido e encontrava espaço para interagir com os colegas de forma mais significativa.

Entretanto, ao ingressarem no segundo ano do Ensino Médio, fui informado de que B. e R. não poderiam mais frequentar a turma da Educação Especial, onde, de fato, conseguiam desenvolver habilidades e aprender com mais efetividade. A partir de então, caberia exclusivamente aos professores do ensino regular a responsabilidade de adaptar as atividades de acordo com as necessidades dos alunos. No entanto, na prática, apenas dois ou três docentes se empenhavam em realizar adaptações. Os demais, mesmo cientes de suas obrigações, frequentemente reforçadas durante reuniões pedagógicas, simplesmente ignoravam a presença dos alunos em sala de aula.

Esse cenário evidenciava uma falha estrutural no processo de inclusão, escancarando o despreparo de parte do corpo docente do Ensino Médio no que diz respeito à formação continuada e à atuação com estudantes com necessidades educacionais específicas. A ausência de sensibilidade pedagógica e de estratégias inclusivas compromete diretamente o direito desses alunos a uma educação de qualidade, conforme prevê a legislação vigente.

Essas experiências deixaram claro o quanto desafiadora é a prática da Educação Inclusiva em contextos reais e como a atuação dos profissionais de apoio pode impactar diretamente o ambiente escolar. Contudo, também evidenciam a urgência de formação adequada para os professores e educadores que atuam com estudantes com deficiência.

3.3 Quando o cuidado adoece: relatos sobre o lado oculto do voluntariado

Nos dois primeiros anos exercendo a função de Educador Social Voluntário, atuei no turno da manhã, das 8h às 12h, acompanhando um único aluno nas rotinas escolares e contribuindo com atividades pedagógicas e de cuidado.

Nos dois anos seguintes, minha jornada foi no período da tarde, das 13h às 17h. Essa alternância de turnos me permitiu vivenciar diferentes dinâmicas dentro da escola, observando como as necessidades dos estudantes e o ritmo das atividades variavam conforme o horário. Pela manhã a escola era bem mais agitada, com mais alunos, entretanto, no turno contrário, parecia outro lugar, uma escola diferente,

tranquila, sem gritaria. Em ambos os turnos, pude perceber a importância de um acompanhamento constante e sensível às particularidades de cada estudante.

Os relatos e vivências explicitaram que o papel do ESV vai muito além do que, inicialmente, é pedido, como auxiliar na alimentação, locomoção e higienização dos alunos. Na prática, somos muito mais do que um apoio educacional. Diversas vezes, estive sozinho diante de situações difíceis, assumindo a responsabilidade de ensinar conteúdos pedagógicos do zero, sobretudo com alunos que não estavam alfabetizados. Graças à minha graduação em Pedagogia, pude pensar em estratégias e metodologias que me permitiram vivenciar, na prática, a função docente, mesmo não ocupando formalmente. Todavia, muitos ESVs não têm formação na área de Pedagogia ou licenciaturas.

Percebi que o papel do ESV como apoio emocional é ainda mais profundo, pois criamos vínculos afetivos que ultrapassam os limites da sala de aula. Oferecemos escuta, acolhimento e, muitas vezes, segurança emocional para os alunos. Por necessidade prática, acabamos fornecendo nossos números de celular para manter os estudantes informados sobre mudanças na rotina escolar ou comunicados urgentes. No entanto, essas interações frequentemente se transformam em canais de desabafo e aproximação afetiva. Diversas vezes recebi mensagens com perguntas como “como foi seu dia?”, relatos do que fizeram durante as férias ou confidências sobre sentimentos. Esse contato revela o quanto o ESV se torna, na prática, uma figura de confiança e referência para muitos alunos.

No entanto, neste último ano, me senti desgastado pela falta de valorização. O esforço contínuo, que não era reconhecido, junto da ajuda de custo mínima, acabaram por me fazer perder o entusiasmo. Era como se eu estivesse nadando contra a corrente, apenas para, no fim, morrer na praia. Esse sentimento foi se intensificando ao perceber que, apesar de todo o comprometimento e entrega, o retorno era quase inexistente. Ainda, ouvi de alguns professores e monitores, em tom de brincadeira, que havia tempo para desistir da educação. Frases como essa, mesmo que seja em um tom de humor, ferem e desmotivam. Elas mostram uma realidade dura: a desvalorização da educação e dos profissionais que estão atuando.

Diante do relato, infere-se que no cenário de desvalorização, esforço não reconhecido e a pressão por resultados, gera um impacto direto na saúde mental dos Educadores Sociais Voluntários. As condições de trabalho, o ambiente diante dos desafios diários, a escassez de recursos e a ausência de um retorno financeiro

culminam em um quadro de estresse e esgotamento profissional. É crucial reconhecer que essa sobrecarga emocional compromete não apenas o desempenho profissional, mas a qualidade geral desses indivíduos, e consequentemente, da educação.

3.4 A precarização do trabalho voluntário e o silêncio institucional: debate e lutas necessárias

O Programa de Educadores Sociais Voluntários existe há mais de uma década, mas somente nos últimos anos tem sido alvo de debate público sobre a precarização do trabalho voluntário. A greve dos professores da rede pública do Distrito Federal, que aconteceu em junho de 2025, com duração de 23 dias, gerou ainda mais a fragilidade da situação dos ESVs. Como consequência da paralisação, no mês seguinte, diversos educadores sociais não receberam a ajuda de custo, valor que, relatos de entrevistados, é utilizado como única fonte de renda por muitos deles.

Nesse contexto, o deputado distrital Chico Vigilante publicou em suas redes sociais que, após reunião com o Governador do DF, foi acordado o aumento da ajuda de custo de R\$10 para R\$20 por hora trabalhada. Apesar do anúncio, não foi especificada uma data para a implementação do reajuste, o que gerou desconfiança e frustração entre os educadores. Nos comentários das postagens do deputado, os ESVs passaram a cobrar esclarecimentos com insistência, mas muitos relatos indicam que a quantidade de pessoas com permissão para comentar tem sido limitada nas publicações, o que tem sido interpretado como tentativa de silenciar a mobilização da categoria.

Anteriormente, no mês de abril de 2025, o deputado distrital João Cardoso já havia encaminhado ao Governo do Distrito Federal a sugestão de envio de um Projeto de Lei à Câmara Legislativa com o objetivo de criar o cargo de Monitor Escolar Temporário na rede pública de ensino do DF. A proposta visava substituir gradualmente o atual modelo de voluntariado, oferecendo uma alternativa mais justa e estruturada. Entre os critérios defendidos pelo deputado estavam: vínculo formal de trabalho, remuneração compatível com as responsabilidades da função, estabilidade durante o ano letivo, e a garantia de continuidade no atendimento aos alunos com deficiência.

Apesar das promessas feitas em junho de 2025 e das indicações legislativas em andamento, a Secretaria de Educação, Hélvia Paranaguá, utilizou uma entrevista

ao canal “*Podcast Senta o Dedo e Compartilha*”, em outubro do mesmo ano, para anunciar as mudanças na ajuda de custo dos Educadores Sociais Voluntários a partir de 2026.

Segundo a Secretaria, o valor do auxílio, que era de R\$40,00 por turno, dobrará para R\$80,00. Contudo, essa mudança virá acompanhada de uma restrição: a carga horária semanal será fixada em cinco horas em apenas um turno, eliminando a possibilidade de atuar nos períodos da manhã e da tarde. Paranaguá justificou a medida afirmando que “[...] será um ganho para eles, porque não vão precisar trabalhar dois turnos, vão trabalhar um turno pelo mesmo valor que quando trabalhavam dois”⁵.

Enquanto a Secretaria projeta esse aumento de auxílio como um ganho, a medida ignora a precarização do trabalho voluntário e o impacto real no cotidiano dos ESV. Ao proibir a atuação em dois turnos, ela limita o potencial de renda de voluntários que dependem desse resarcimento para custear despesas básicas. Além disso, a categoria continua a trabalhar sem garantias e direitos trabalhistas. A carga horária em apenas em cinco horas não resolve a demanda por um serviço especializado. Os ESV continuam enfrentando uma sobrecarga que compromete sua saúde física e emocional, e o Estado continua ignorando a qualidade do atendimento oferecido aos alunos com deficiência. A fixação da carga horária reduzida e a ausência de vínculo formal apenas mascara o *déficit* de profissionais concursados e expõe a falha do governo em promover um serviço fundamental com o devido amparo legal e estruturado.

VISLUMBRES FINAIS POR UM ESV PESQUISADOR

Este Trabalho de Conclusão de Curso teve como objetivo analisar o papel dos Educadores Sociais Voluntários na Educação Inclusiva do Distrito Federal, para compreender a eficácia do Programa, trazendo uma perspectiva prática e reflexiva a partir de experiências diretas vivenciadas por mim no Programa. Metodologicamente, a pesquisa tem uma abordagem qualitativa e exploratória e foi realizada em um Centro de Ensino Médio de Sobradinho, com entrevistas semiestruturadas de seis educadores sociais voluntários e análise documental dos editais de 2014 a 2025.

⁵ Trecho da fala da Secretária de Educação Hélvia Paranaguá no podcast “*Senta o Dedo e Compartilha*” transmitido pela plataforma do *Youtube*. Disponível em: <https://www.youtube.com/shorts/ehh9Rs6xN1A>.

O modelo atual de atuação dos Educadores Sociais Voluntários (ESVs) é insustentável a longo prazo, seja para os profissionais envolvidos quanto para os estudantes com deficiência que dependem diretamente desse acompanhamento. Embora muitos ESVs sejam movidos por compromisso com a Educação Inclusiva, a sobrecarga emocional e física, junto da ausência de reconhecimento profissional e o baixo valor de ajuda de custo, gera desânimo, adoecimento e alta rotatividade. Até quando profissionais motivados continuarão sendo explorados sob o rótulo de “voluntários”?

O trabalho precarizado da categoria gera mudanças frequentes de educadores, falta de formação adequada e a insegurança quanto à continuidade do atendimento. Em contraponto, a inclusão exige estabilidade, preparo técnico e políticas públicas comprometidas com a equidade. Condições que hoje não são garantidas nesse modelo.

É importante que o Estado reconheça o papel que os ESVs desempenham dentro das escolas e crie caminhos para sua profissionalização. Isso passa por concursos públicos específicos, planos de carreira, formação continuada obrigatória e salários dignos. A substituição do modelo voluntário por contratos formais ou cargos efetivos garantiria estabilidade para os profissionais e aumentaria a possibilidade de maior qualidade no atendimento, alinhando-se à Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), que assegura o direito de todos os estudantes à educação com o suporte adequado às suas necessidades.

Enquanto o poder público seguir tratando esse trabalho como “ajuda”, e não como uma função essencial dentro da política educacional, continuará reproduzindo a exclusão e o improviso que historicamente marcam a trajetória de pessoas com deficiência nas escolas brasileiras e de parte dos trabalhadores.

Apesar da existência de documentos como o Plano Nacional de Educação (PNE – Brasil, 2014) e sua especificação sobre a valorização dos profissionais da educação, ênfase na formação inicial e continuada, no piso salarial e na carreira docente, os ESVs, embora atuem diariamente nas escolas, especialmente no acompanhamento de estudantes com deficiência, permanecem fora dessas garantias. São profissionais que não recebem formação adequada pelo Estado, não têm vínculo empregatício formal e tampouco são incluídos nas políticas de valorização previstas pelo PNE.

Junto a isso, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015 – Brasil, 2015), em seu artigo 28, inciso II, determina que o Estado deve garantir a oferta de recursos de acessibilidade e de profissionais de apoio escolar devidamente capacitados, como condição para assegurar o direito à educação inclusiva. Ignorar os ESVs nesse contexto é também ignorar a própria efetividade da inclusão escolar, uma vez que são justamente esses profissionais que, muitas vezes, assumem, sozinhos, a responsabilidade de acolher e acompanhar estudantes com altas demandas de apoio. Sem capacitação, sem reconhecimento e sem condições dignas de trabalho, os educadores sociais voluntários são tratados como peças descartáveis, como mão de obra barata

Políticas públicas como estas, embora nasçam de intenções legítimas e de uma demanda real por inclusão escolar, não se sustentam quando baseadas apenas na boa vontade e no comprometimento individual dos profissionais. A atuação dos ESVs, por mais dedicada que seja, esbarra em problemas graves: ausência de formação continuada, inexistência de vínculos formais e uma remuneração que não condiz com a responsabilidade que assumem. Na prática, trata-se de uma política que transfere ao voluntariado a responsabilidade sem a garantia das condições mínimas para que esse direito seja efetivamente assegurado.

A permanência desse modelo continua alimentando a precarização do trabalho educacional e coloca em risco a qualidade do atendimento oferecido aos alunos com deficiência, que precisam de profissionais capacitados. A inclusão escolar não pode depender exclusivamente do esforço individual, pois isso sobrecarrega emocional e fisicamente os voluntários, compromete sua permanência nas escolas e revela a fragilidade da política pública em questão. Para que a inclusão seja uma realidade e não apenas um discurso, é preciso transformar o papel dos ESVs em uma função estruturada, profissionalizada e devidamente reconhecida.

A trajetória do pesquisador como Educador Social Voluntário escancara tanto as fragilidades quanto as potências da inclusão escolar. Ao longo desses anos, vivenciou de perto as contradições de uma política que delega aos voluntários responsabilidades imensas. Ao mesmo tempo, pode experimentar o poder transformador do envolvimento genuíno, da escuta ativa, da empatia e da formação, elementos que mesmo em meio à precarização fizeram a diferença na vida dos alunos e na própria formação do pesquisador como professor.

Apesar do desgaste físico e emocional, é necessário acreditar que é possível construir uma Educação Inclusiva de fato. Mas para isso, é urgente que o poder público ouça quem está na base, reconheça a importância desse trabalho e aja para transformar o voluntariado em uma política de Estado estruturada, com profissionais valorizados, capacitados e amparados. Com isso será possível garantir que a inclusão escolar deixe de ser um ideal abstrato e passe a ser uma realidade concreta.

A inclusão não pode depender somente da boa vontade de quem atua, mas sim de uma rede de apoio estruturada, com formação, valorização e condições adequadas para que o direito à educação seja assegurado. Se há vontade política, há caminhos. Se há escuta, há possibilidade de mudança. Como bem disse Paulo Freire: "Educar é impregnar de sentido o que fazemos a cada instante" (FREIRE, 1992). Que o sentido do nosso fazer seja, sempre, o de garantir uma escola verdadeiramente para todos.

A partir desta pesquisa, a contribuição é para além da observação, é de alguém que vivenciou diretamente as fragilidades do Programa Educador Social Voluntário desde o início da graduação. Como pesquisador, compreendi o tema e percebi o peso da responsabilidade e delegações sem a devida valorização. Este processo proporcionou um olhar mais crítico, o que levou ao questionamento sobre o verdadeiro propósito do Programa. É notável que o objetivo principal não é a inclusão plena, mas sim a utilização de recursos, como a mão de obra barata, à custa da dignidade humana e profissional.

O Estado, ao transferir funções pedagógicas essenciais para voluntários sem remuneração e sem direitos, não apenas falha com seus cidadãos mais vulneráveis, mas também compromete a qualidade da Educação Inclusiva!

Ao longo do estudo, me tornei consciente da forma como o Programa desvaloriza o conhecimento e a experiência. A exigência de um curso de 30 horas como "capacitação" para uma função tão complexa é, por si só, uma ironia.

O trabalho com a Educação Inclusiva demanda preparo contínuo e conhecimento técnico e pedagógico. Reduzir essa necessidade a um curso superficial e a uma experiência "voluntária" sugere que o trabalho educativo pode ser feito por qualquer um, a qualquer momento, sem o devido reconhecimento financeiro ou profissional. Essa percepção leva ao questionamento: se a educação é a base de uma sociedade, por que o trabalho de quem está na linha de frente é tratado como algo de valor mínimo?

Ao ingressar no curso de Pedagogia com conhecimento limitado, minha jornada foi de imersão profunda. Encerro este ciclo de estudos não apenas com o diploma, mas com uma perspectiva crítica e um aprendizado que transborda os limites da sala de aula. É essa vivência que me permite trazer uma contribuição autêntica para a análise, transformando a teoria em uma reflexão pessoal e me impulsionando a buscar ainda mais conhecimento sobre o tema.

A reflexão final que a pesquisa me traz é a urgência de uma reestruturação completa do Programa. A manutenção do *status quo* é injusta. A solução não está em extinguir o apoio, mas em transformá-lo em uma política pública de verdade, com vagas de trabalho formais, remuneração justa, direitos garantidos e capacitação contínua.

Sendo assim, a inclusão deixará de ser um conceito idealizado e se tornará uma realidade para os estudantes e, finalmente, valorizará os profissionais que dedicam suas vidas à causa. A pesquisa, ao expor essas fragilidades, é um chamado para que a sociedade e o Governo olhem para essa realidade e exijam a mudança necessária.

REFERÊNCIAS

- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 1. ed. Lisboa: Edições 70, 1977. (Traduzido do francês: *L'analyse de contenu*).
- BARROS, G. N. M. **A liberdade democrática na Grécia clássica - Atenas**. São Paulo: Editora Mandruvá, 2014. Disponível em: <http://www.hottopos.com/isle18/57-68Gilda.pdf>
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília: Senado Federal, 1.988.
- _____. Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm.
- _____. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 26 jun. 2014.
- _____. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 152, n. 127, p. 2, 7 jul. 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm.
- COSTA, J. C; OLIVEIRA, T. C. A entrevista como Ferramenta para Coleta de Dados e na Geração de Conhecimento. In: **Anais...** XXVII Seminários em Administração, 2024.
- DIAS, C. A. GRUPO FOCAL: técnica de coleta de dados em pesquisas qualitativas. **Informação & sociedade**, 2000, v. 10, n. 2. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/330>
- DISTRITO FEDERAL. SEEDF. **Curriculum em Movimento da Educação Básica: Educação Especial**. Brasília, 2013.
- DISTRITO FEDERAL. SEEDF. **Edital n.º 23 – SEE/DF, de 13 de outubro de 2016**: Concurso Público para Provimento de Vagas e Formação de Cadastro de Reserva em Cargos das Carreiras Magistério Público e Assistência à Educação. Diário Oficial do Distrito Federal, Brasília, DF, n. 195, p. 25-33, 14 out. 2016.
- _____. **Diário Oficial do Distrito Federal**. Secretaria de Estado de Educação. Portaria Nº 73, de 24 de abril de 2014. Programa Educador Social Voluntário, p. 9-12. Disponível em: <https://www.sinj.df.gov.br/sinj/Diario/7b7e4941-7233-3011-973db3dd75a1194e/6fa90ad2.pdf>
- _____. **Diário Oficial do Distrito Federal**. Secretaria de Estado de Educação. Portaria Nº 24, de 27 de fevereiro de 2015. Programa Educador Social Voluntário, p.

7-10. Disponível em: <https://www.sinj.df.gov.br/sinj/Diario/21067/93fd0775-23b1-3175-9a7f-f25c0b915d5c/arq/0/84b62a7b.pdf>

_____. **Diário Oficial do Distrito Federal.** Secretaria de Estado de Educação. Portaria Nº 48, de 01 de março de 2016. Programa Educador Social Voluntário, p. 51-54. Disponível em: <https://www.sinj.df.gov.br/sinj/Diario/f7fdc25f-281e-3269-95b8-5e1e95b017e1/Se%C3%A7%C3%A3o%2001.pdf>

_____. **Diário Oficial do Distrito Federal.** Secretaria de Estado de Educação. Portaria Nº 51, de 17 de fevereiro de 2017. Programa Educador Social Voluntário, p. 5-09. Disponível em: <https://www.sinj.df.gov.br/sinj/Diario/2bebe061-e1a5-3766-87a9-6bfd3dca7fae/DODF%20036%2020-02-2017%20INTEGRA.pdf>

_____. **Diário Oficial do Distrito Federal.** Secretaria de Estado de Educação. Portaria Nº 22, de 2 de fevereiro de 2018. Programa Educador Social Voluntário, p. 12-18. Disponível em: <https://www.sinj.df.gov.br/sinj/Diario/3ba77d69-e625-3456-9702-ec952e8a0c8a/DODF%20025%2005-02-2018%20INTEGRA.pdf>

_____. **Diário Oficial do Distrito Federal.** Portaria Nº 7, de 23 de janeiro de 2019. Programa Educador Social Voluntário, p. 11-12. Disponível em: <https://www.sinj.df.gov.br/sinj/Diario/e595dc0e-f0c1-355f-a43b-ccca55a155f3/DODF%20017%202024-01-2019%20INTEGRA.pdf>

_____. **Diário Oficial do Distrito Federal.** Portaria Nº 50, de 04 de março de 2020. Programa Educador Social Voluntário, p. 4-7. Disponível em: <https://www.sinj.df.gov.br/sinj/Diario/d6d06148-5c4c-34a4-95d8-b329644014a1/DODF%20043%2005-03-2020%20INTEGRA.pdf>

_____. **Diário Oficial do Distrito Federal.** Secretaria de Estado de Educação. Portaria Nº 326, de 08 de julho de 2021. Programa Educador Social Voluntário, p. 3-7. Disponível em: <https://sintse.tse.jus.br/documentos/2021/Jul/12/destaques-museu-historiaeducacao-cultura-e-biblioteca-geral/portaria-no-326-de-8-de-julho-de-2021-institui-o-programa-educador-social-voluntario-esv-no-ambito-d>

_____. **Diário Oficial do Distrito Federal.** Secretaria de Estado de Educação. Portaria Nº 63, de 27 de Janeiro de 2022. Programa Educador Social Voluntário, p. 58-62. Disponível em: https://www.educacao.df.gov.br/wp-content/uploads/2022/01/portaria_63_esv_dodf_20_28jan2022.pdf

_____. **Diário Oficial do Distrito Federal.** Secretaria de Estado de Educação. Portaria Nº 58, de 20 de Janeiro de 2023. Programa Educador Social Voluntário, p. 10-15. Disponível em: <https://www.sinj.df.gov.br/sinj/Diario/e3bb659c-b31e-3062-81ae-cc9e63acd7ec/DODF%20016%202023-01-2023%20INTEGRA.pdf>

_____. **Diário Oficial do Distrito Federal.** Secretaria de Estado de Educação. Portaria Nº 28, de 12 de Janeiro de 2024. Programa Educador Social Voluntário, p. 9-13. Disponível em: <https://www.sinj.df.gov.br/sinj/Diario/b51768fe-d596-3f93-9805-935a68ebcc3b/DODF%20010%202015-01-2024%20INTEGRA.pdf>

_____. **Diário Oficial do Distrito Federal.** Secretaria de Estado de Educação. Portaria Nº 1.762, de 26 de Dezembro de 2024. Programa Educador Social Voluntário, p. 1-6. Disponível em: <https://www.educacao.df.gov.br/wp-content/uploads/2024/01/portaria-no-1762-esv-2025-27dez25.pdf>

FAUSTINO, D. M. Colonialismo, racismo e luta de classes: a atualidade de Frantz Fanon. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL LUTAS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA, 5., 2013, Londrina. **Anais...** Londrina, 2013. p. 216-232. Disponível em: https://d1wqxts1xzle7.cloudfront.net/32036364/artigo_GEPAL

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido.** 60. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GROOVE, G. **GAY (interlúdio).** São Paulo: SB MUSIC: 2017.

IPEDF - Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal. **Educação Inclusiva no Distrito Federal:** O papel dos/as Educadores/as Sociais Voluntários/as. Relatório. Brasília: IPEDF, 2024. Disponível em: file:///C:/Users/UnB/Downloads/relatorio-completo-educacao-inclusiva.pdf

LIBÂNEO, J. C. (1990). **Pedagogia tradicional:** notas introdutórias. Texto digitado. Disponível em: <https://professor.pucgoias.edu.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/5146/material/Pedagogia%20Tradicional%202012%202.pdf>

LEITE, E. D., GUIMARÃES, G. C. M., SANTOS, M. E. C., & AMORIM, H. C. C. (2024). A Importância dos Educadores Sociais nas Escolas Públicas do Distrito Federal: Direito das Pessoas com Deficiência. **Management in Perspective**, 5(3), 55–81. DOI. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/RevistaMiP/article/view/72410>

MARTINS, M. A. M.; FERNANDEZ, O.; NASCIMENTO, É. S. **Acerca da violência contra LGBT no Brasil:** entre reflexões e tendências. In: Fazendo Gênero 9 – Diásporas, Diversidades, Deslocamentos, 1, 2010, Florianópolis. Disponível em: https://d1wqxts1xzle7.cloudfront.net/33590991/_ACERCADAVIOLENCIA CONTRALGBTNOBRASIL-libre.pdf?1398819912=&

MOREIRA, G. E. et al. Pedagogia “Por Amor”: O Cuidado Como Prática Docente na Educação Infantil. In: **Anais...** XXIX ENAPET. Recife(PE) UFRPE, 2024. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/xxix-enapet-2024/971905-PEDAGOGIA-POR-AMOR--O-CUIDADO-COMO-PRATICA-DOCENTE-NA-EDUCACAO-INFANTIL>

_____. Representações sociais de professoras e professores que ensinam Matemática sobre o fenômeno da deficiência. 2012. Moreira. **Tese** (Doutorado em Educação Matemática) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

_____. Por trás do monograma do movimento LGBTQIAPN+: vidas, representatividade e esclarecimentos. **Revista Temporis[Ação]**. Universidade Estadual de Goiás, Anápolis. V. 22, n. 02, p. 01-20, jul./dez., 2022. DOI: <https://doi.org/10.31668/rtv22i02.13262>. Disponível em: <https://www.revista.ueg.br/index.php/temporisacao/article/view/13262>.

NEIVA, C. F. Educador Social Voluntário e a Escolarização de Pessoas com Deficiência no Distrito Federal: Uma análise crítica. **Anais... XVII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, 2022. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/enpess-anais/public/arquivos/00786.pdf>.

PEREIRA, A. Formação de Educadores Sociais: Profissionalização Técnica, Para Quê?. **Revista Brasileira de Educação de Jovens e Adultos**, v. 3, n. 6, p. 95–108, 2015. DISPONÍVEL EM: <https://www.revistas.uneb.br/educajovenseadultos/article/download/2136/1475>

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações. 11. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.

SILVA, G. E. de O. **O papel do educador social voluntário no processo de inclusão de estudantes com transtorno do espectro autista**. 2018. 94 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2018.

SINPRO-DF. **Educador Social Voluntário**: a precarização e o desamparo impostos por um governo omissos. 2025. Artigo no site. Disponível em: <https://www.sinprodf.org.br/educador-social-voluntario-a-precarizacao-e-o-desamparo-impostos-por-um-governo-omissos/>

TUNES, Elizabeth. Por que falamos de inclusão. **Linhas Críticas**, [S. I.], v. 9, n. 16, p. 5–12, 2003. DOI: 10.26512/lc.v9i16.3087. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/3087>.

UNESCO. **Diretrizes sobre políticas de inclusão na educação**. Paris: UNESCO, 2009.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. Tradução de José Cipolla Neto, Luiz S. Menna Barreto e Solange Castro Afeche. São Paulo: Martins Fontes, 1991. Disponível em: https://www.mackenzie.br/fileadmin/ARQUIVOS/Public/1-mackenzie/universidade/pro-reitoria/graduacao-assuntos-acad/forum/X_Forum/LIVRO.VYGOTSKY.FORMACAO.MENTE.pdf

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 3 ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

APÊNDICE A



ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

DADOS SOCIODEMOGRÁFICOS

Com essas perguntas buscamos saber se o/a entrevistado/a atende aos requisitos de perfil do(a) público-alvo da pesquisa

1. Gênero: () Masculino () Feminino () Não-binário () Outro: _____
2. Cor/Raça: () Branca () Parda () Preta () Indígena () Amarela
3. Idade? _____
4. Formação:
 - a. () Ensino Médio Completo
 - b. () Graduação completa em: _____
 - c. () Graduando em: _____
5. Como chegou e o que te motivou a estar no Programa de ESV?
6. Por quanto tempo atua como educador(a) social voluntário(a)?
7. Vocês receberam da escola algum tipo de orientação ou capacitação no início do ano letivo? Se sim, como ocorreu?
8. Acha que o Programa Educador Social Voluntário deveria valorizar mais os seus colaboradores? Em que termos?
9. Quais são suas principais atividades e/ou responsabilidades na função de Educador(a) Social Voluntário(a)?
10. Como é a interação diária de trabalho com o/a professor/a? Que relações são estabelecidas?
11. Como é a sua atuação na escola e como lida com os estudantes atípicos/as?
12. Vocês foram informados das necessidades específicas ou potencialidades dos/as alunos(as) atípicos(as)? Se sim, como ocorreu?
13. Quais são os desafios/necessidades na atuação no contexto escolar na perspectiva do ESV?
14. Em linhas, o que você acha do Programa Educador Social Voluntário que não foi discutido aqui?

APÊNDICE B



**Universidade de Brasília - UnB
Faculdade de Educação - FE**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), em uma pesquisa que pretende analisar a atuação dos(as) Educadores Sociais Voluntários(as) no atendimento aos alunos(a) com deficiência no Distrito Federal, para compreender a eficácia do programa. Após esclarecido(a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra dos pesquisadores responsáveis. Em caso de recusa, você não participará da pesquisa e não será penalizado(a) de forma alguma.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

Pesquisador Responsável: Ezequiel de Oliveira da Silva

Instituição responsável pela pesquisa: Universidade de Brasília – UnB

Endereço: Campus Darcy Ribeiro, Asa Norte, Brasília-DF

Email: ezequieloliveiraa260@gmail.com

Local da Pesquisa: Centro de Ensino Médio 04 de Sobradinho

Período da entrevista: Maio de 2025

Objetivo:

Analizar a atuação dos(as) Educadores Sociais Voluntários(as) no atendimento aos alunos com deficiência no Distrito Federal, para compreender a eficácia do programa.

Metodologia:

Serão realizadas entrevistas semiestruturadas para o resgate das vivências do entrevistado(a), gravadas em um telefone celular para criar um arquivo de áudio digital que será armazenado em um computador, útil para realizar a transcrição dos dados após a entrevista.

Publicação e divulgação:

O produto dessa entrevista resultará em trabalhos acadêmicos do pesquisador, na publicação de Trabalho de Conclusão de Curso. Vale lembrar que os dados pessoais dos(as) entrevistados(as) não serão divulgados, garantindo o anonimato destas pessoas.

APÊNDICE C

ANEXO I

Autorização para uso de nome, imagens da escola e entrevistas em trabalho acadêmico

AUTORIZAÇÃO PARA USO DE NOME, IMAGENS DA ESCOLA E ENTREVISTAS EM TRABALHO ACADÊMICO

Eu, Maria da Paz Bezerra Pires Leme, identidade 525701 SSP/DF, CPF 210.627.901-97, gestor(a) responsável pela Escola Centro de Ensino Médio 04 de Sobradinho, autorizo o uso do nome, as imagens da escola e a realização de entrevistas com os(as) educadores(as) sociais voluntários(as) em trabalho acadêmico de conclusão de curso de graduação na Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, do aluno Ezequiel de Oliveira da Silva.

Estou ciente de que o nome, as imagens da escola e as entrevistas serão utilizados somente para fins científicos, pedagógicos e não comerciais, resguardadas as limitações legais e judiciais.

Brasília, 28 de maio de 2025.

Maria da Paz

Nome:

Cargo:

Maria da Paz Bezerra P. Leme
Vice-Diretora - Mat. 58.666-8
Centro de Ensino Médio 04 de Sobradinho
DODF Nº 001 de 02/01/2014